



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

## Requerimento de Comissão

### 799/2017

À Comissão Parlamentar de Inquérito,

Requeiro, nos termos dos arts. 48 c/c 58, do Regimento Interno, por meio da mesa, seja encaminhado pedido à empresa PBH Ativos S.A. e ao Prefeito Alexandre Kalil para que envie a esta CPI cópia dos seguintes documentos:

- As atas de reunião da diretoria;
- As atas das assembleias gerais;
- O contrato de cessão e aquisição de Direito Autônomo de Recebimento de Crédito e outras Avenças;
- O Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios;
- O Contrato de Custódia de Recursos Financeiros;
- O Contrato de Coordenação Colocação e Distribuição Pública;
- Os Relatórios de Gestão;
- Os pareceres jurídicos emitidos pela Procuradoria Geral do Município;
- As notas técnicas da Secretaria de Finanças com relação as operações realizadas pela empresa;
- Os pedidos de anuência da Comissão de Valores Mobiliários;

Belo Horizonte, 06 de julho de 2017.

Vereador Gilson Reis – Presidente da Comissão

À Comissão Parlamentar de Inquérito.

PROPOSIÇÃO INICIAL
Avulsos distribuídos
Em 07 / 07 / 17
Responsável pela distribuição

CPI - D. P. - Legislativa - 06-Jul-2017 - 18:09:04458-01



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

## REQUERIMENTO Nº

### Requerimento de Comissão

# 800/2017

À Comissão Parlamentar de Inquérito,

Requeiro, nos termos dos arts. 48 c/c 58, do Regimento Interno, seja encaminhado pedido, por meio da mesa, à empresa PBH Ativos S.A. e ao Prefeito Alexandre Kalil, para que envie a esta CPI cópia dos processos administrativos e contratos referentes às Parcerias Público Privadas já firmadas ou acompanhadas pela empresa, quais sejam, da Iluminação Pública, das Umeis, Unidades Básicas de Saúde e do Hospital do Barreiro.

Belo Horizonte, 06 de julho de 2017.

  
Vereador Gilson Reis – Presidente da Comissão

À Comissão Parlamentar de Inquérito.

735-10-Ref. Legislativa-06-Jul-2017-18:05-00499-001

PROPOSIÇÃO INICIAL
Avulsos distribuidos
Em 07 / 07 / 2017
Responsável pela distribuição



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

## REQUERIMENTO Nº

### Requerimento de Comissão

# 801/2017

À Comissão Parlamentar de Inquérito,

Requeiro, nos termos dos arts. 48 c/c 58, do Regimento Interno, por meio da mesa, seja encaminhado pedido à empresa PBH Ativos S.A. para que envie a esta CPI cópia dos balanços financeiros anuais, os balancetes mensais e o livro razão, mês a mês, do período referente a março de 2011 a junho de 2017, da empresa.

Belo Horizonte, 06 de julho de 2017.

  
Vereador Gilson Reis – Presidente da Comissão

À Comissão Parlamentar de Inquérito.

230 - D. Rel. Legislativa-06-Jul-2017-18:05-00440-001

PROPOSIÇÃO INICIAL
Avulsos distribuidos
Em 07/07/2017
16-500
Responsável pela distribuição



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

## REQUERIMENTO Nº

### Requerimento de Comissão

# 802/2017

À Comissão Parlamentar de Inquérito,

Requeiro, nos termos dos arts. 48 c/c 58, do Regimento Interno, por meio da mesa, seja encaminhado ofício ao Presidente da Câmara Municipal de Belo Horizonte solicitando a cópia gravada das reuniões desta CPI desde o primeiro dia de sua instalação.

Belo Horizonte, 06 de julho de 2017.

  
Vereador Gilson Reis – Presidente da Comissão

À Comissão Parlamentar de Inquérito.

PROPOSIÇÃO INICIAL
Avulsos distribuidos
Em 07/07/2017
6-500
Responsável pela distribuição

CPI nº 10, de 1997, modificativa de 06-07-2017-18:06-00444-001





PBH Ativos S/A  
Investindo em Belo Horizonte

OF. PBH ATIVOS/ EXTER/CMBH nº 105/2017

CÂMARA MUNIC. DE BHTE 30/JUN/2017 12:00 000008946

Belo Horizonte, 28 de junho de 2017.

**Ref.: Resposta ao Of. DIRLEG Nº 2.241/17 acerca do Requerimento nº 584/2017 da Comissão Parlamentar de Inquérito**

Senhor Vereador,


Conforme solicitado, seguem os esclarecimentos relativos ao requerimento 584/2017 da Comissão Parlamentar de Inquérito.

Frise-se que tempestivo o envio do presente documento, haja vista que foi concedido o prazo de até 30 (trinta) dias corridos para resposta, sendo que seu recebimento pela PBH Ativos ocorreu em 01/06/17, pelo que findar-se-á o prazo para resposta em 03/07/17.

Estamos à disposição para esclarecimentos que se fizerem necessários.

Sem mais para o momento.

Respeitosamente,

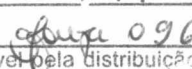
  
**Pedro Meneguetti**  
Diretor Presidente  
PBH Ativos S.A.

  
**Soraya de Fátima Mourthe M. Lage**  
Diretora Executiva  
PBH Ativos S.A.

Ilmo. Senhor Vereador  
Henrique Braga  
Vereador Presidente da Câmara Municipal de Belo Horizonte/MG  
Av. do Andradas, 3.100, Santa Efigênia, Belo Horizonte/MG, CEP 30260-900

AVULSOS DISTRIBUÍDOS

Em 30 / 06 / 17

Responsável pela distribuição 



PBH Ativos S/A  
Investindo em Belo Horizonte

**ILMO. SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO PBH ATIVOS S/A DA CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE**

**Requerimento de Comissão nº 584/2017**

Na 3ª reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito da PBH Ativos, realizada no dia 29/05/17, foi aprovado o Requerimento Nº 584/2017 de autoria do Vereador Pedro Patrus que solicita à PBH Ativos e à Prefeitura Municipal de Belo Horizonte informação sobre o que segue:

- i) A documentação necessária para avaliação e classificação da qualidade do Rating Nacional de longo prazo das emissões de debêntures da Empresa PBH Ativos S/A;

A documentação para avaliação do Rating Nacional Ltd. segue metodologia (periodicamente alterada/revisada) da empresa Fitch Rating, conforme manifestação no Requerimento 577/2017.

- ii) Os documentos que foram disponibilizados para a PBH Ativos S/A, por parte da Prefeitura de Belo Horizonte, acerca da avaliação e classificação acima descritos.

Não foram identificados registros de documentos encaminhados pelo Município de Belo Horizonte à PBH Ativos acerca da avaliação e classificação do rating.

Por todo exposto, espera-se ter esclarecido as informações solicitadas.

À disposição para novos esclarecimentos, caso entendam necessários.

Belo Horizonte, 28 de junho de 2017.

  
Leandro A. R. Arêdes

Assessor Jurídico

  
Roberta H. R. Zimmer

Assessora Jurídica

  
Tiago O. F. Campolina

Assessor Jurídico



PBH Ativos S/A  
Investindo em Belo Horizonte

OF.INT. PBH ATIVOS/CMBH nº 111/2017

CÂMARA MUNIC. DE BHTE 30/JUN/2017 12:00 000008947

Belo Horizonte, 30 de junho de 2017.

**Ref.: Resposta ao Of. DIRLEG Nº 2.233/17 à solicitação de informações a serem prestadas à Câmara Municipal de Belo Horizonte quanto aos Requerimentos nº 585/2017 e nº 586/2017 da Comissão Parlamentar de Inquérito.**

Senhor Vereador,

Conforme solicitado, segue esclarecimentos acerca dos requerimentos 585/2017 e 586/2017 da Comissão Parlamentar de Inquérito.

Frise-se que tempestivo o envio do presente documento, haja vista que foi concedido o prazo de até 30 (trinta) dias corridos para resposta, sendo que seu recebimento pela PBH Ativos ocorreu em 01/06/17, pelo que findar-se-á o prazo para reposta em 03/07/17.

Estamos à disposição para esclarecimentos que se fizerem necessários.

Sem mais para o momento.

Respeitosamente,

  
**Pedro Meneguetti**  
Diretor Presidente PBH Ativos S.A.

  
**Soraya de Fátima Mourthé Marques Lage**  
Diretora Executiva PBH Ativos S.A.

Ilmo. Senhor Vereador  
Henrique Braga  
Vereador Presidente da Câmara Municipal de Belo Horizonte/MG  
Av. do Andradas, 3.100, Santa Efigênia, Belo Horizonte/MG, CEP 30260-900

AVULSOS DISTRIBUÍDOS  
Em 30 / 06 / 17  
Responsável pela  
096

**ILMO. SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO PBH ATIVOS S/A DA CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE**

**Requerimento de Comissão nº 585/2017**

**BREVE SÍNTESE DOS FATOS**

Na 3ª reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito da PBH Ativos, realizada no dia 29/05/17, foi aprovado o Requerimento Nº 585/2017 de autoria do Vereador Pedro Patrus que solicita a esta PBH Ativos pedido de informação sobre o que segue:

- i) Quantidade de contratações de empregados formalizadas pela empresa e a sua modalidade de contratação durante todo o período de sua existência;
- ii) O Regulamento de Plano de Carreiras, Cargos e Salários relativos à empresa PBH Ativos S/A, e a modalidade de contratação durante todo o período de sua existência;
- iii) A relação de servidores da Prefeitura de Belo Horizonte cedidos à PBH Ativos S/A, discriminados por nome, função, remuneração e datas de início e termino de trabalho na PBH Ativos S/A.

Desta forma, segue abaixo os esclarecimentos acerca de cada uma das informações solicitadas.

- i) **Quantidade de contratações de empregados formalizadas pela empresa e a sua modalidade de contratação durante todo o período de sua existência**

A Empresa teve sua criação autorizada pela Lei n. 10.003, de 25 de novembro de 2010, e foi efetivamente constituída em 29/03/11 data de sua Assembleia Geral de Constituição. Contudo, até agosto de 2013 a Empresa não contou com empregados em seu quadro de pessoal, sendo conduzida apenas por seu Diretor-Presidente e por um Diretor Executivo.

Desde sua constituição, entre contratações e demissões a PBH Ativos chegou a contratar 27 (vinte e sete) empregados, e, conta, atualmente, com apenas 12 (doze) empregados, sendo que todos estes empregados foram contratados pelo regime Celetista.

- ii) **O Regulamento de Plano de Carreiras, Cargos e Salários relativos à empresa PBH Ativos S/A, e a modalidade de contratação durante todo o período de sua existência**



De acordo com art. 14 do Estatuto da PBH Ativos, a Diretoria da empresa submeteu ao Conselho de Administração da Companhia, em 29/06/17, o Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS) para deliberação. Contudo, tendo em vista a pretensão da Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Informação – SMPL em estudar, no âmbito da reforma administrativa do Município, a política de planos, cargos e salários, bem como de concursos, em todas as empresas estatais municipais, e, ainda, diante do fato da recém instauração de Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI PBH Ativos) na Câmara Municipal de Belo Horizonte/MG e da tramitação do Projeto de Lei 239/2017 (Cisão PBH Ativos) o Conselho recomendou submeter o PCCS à SMPL e decidiu aguardar tanto o desdobramento da CPI, quanto do referido Projeto de Lei para aprovar o PCCS. Segue anexo ata da referida reunião do Conselho de Administração da PBH Ativos.

Todos os empregados foram contratados pelo regime celetista.

- iii) **A relação de servidores da Prefeitura de Belo Horizonte cedidos à PBH Ativos S/A, discriminados por nome, função, remuneração e datas de início e termino de trabalho na PBH Ativos S/A.**

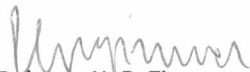
A PBH Ativos conta com apenas 1 (um) funcionário cedido pela Prefeitura de Belo Horizonte e sem ônus para esta. Segue abaixo quadro discriminando nome, função, remuneração e data de início de trabalho na PBH Ativos S/A.

Empregado	Cargo	Remuneração	Data de Admissão	Data de Demissão
Gustavo Kummer de Paula	Gerente de PPP	R\$ 8.452,50	12/06/2014	###

Esclarece-se que o referido funcionário foi cedido sem ônus para a Prefeitura de Belo Horizonte, assim, todo mês a PBH Ativos reembolsa o Município de Belo Horizonte o valor correspondente à remuneração recebida pelo funcionário enquanto servidor público efetivo.

Por todo exposto, espera ter esclarecido o solicitado e nos colocamos à disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários.

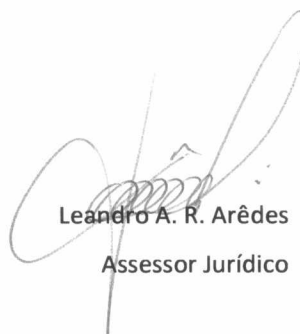
Belo Horizonte, 30 de junho de 2017.

  
Roberta H. R. Zimmer

Assessora Jurídico

  
Tiago Campolina

Assessor Jurídico

  
Leandro A. R. Arêdes  
Assessor Jurídico



PBH Ativos S/A  
Investindo em Belo Horizonte

**ILUSTRÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO PBH ATIVOS S/A DA  
CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE**

**Requerimento de Comissão nº 586/2017**

**BREVE SÍNTESE DOS FATOS**

Na 3ª reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito da PBH Ativos, realizada no dia 29/05/17, foi aprovado o Requerimento Nº 586/2017 de autoria do Vereador Pedro Patrus que solicita a esta PBH Ativos pedido de informação sobre a destinação dos seguintes imóveis cedidos pelo Município de Belo Horizonte para esta PBH Ativos:

Nº	REG.	QUADRA / LOTE	ÁREA TERRENO (m²)	LOCALIZAÇÃO	BAIRRO	CP	ZONEAMENTO	VALOR MÍNIMO (R\$)
1	B	136 132	26.527,17	AV. JOÃO ROLLA FILHO	DIAMANTE	272018A	ZAP	10.206.328,66
2	CS	048 023A	33.832,07	AV. RAJA GABAGLIA / RUA ENGENHEIRO SENNÁ FREIRE	SÃO BENTO	219019M	ZAR-2	34.305.718,98
3	CS	418 003	571,00	RUA GENTIOS	LUXEMBURGO	042085M	ZAR-2	475.072,00
4	CS	418 004	468,00	RUA GENTIOS	LUXEMBURGO	042085M	ZAR-2	385.482,24
5	CS	418 005	551,00	RUA GENTIOS	LUXEMBURGO	042085M	ZAR-2	453.847,68
6	CS	418 006	525,00	RUA GENTIOS	LUXEMBURGO	042085M	ZAR-2	432.432,00
7	CS	418 009A	330,50	RUA GENTIOS	LUXEMBURGO	042085M	ZAR-2	272.226,24
8	CS	418 011A	360,00	RUA GENTIOS	LUXEMBURGO	042085M	ZAR-2	296.524,80
9	CS	079 001	371,00	RUA DOUTOR SINVAL	SANTO ANTONIO	042114K	ZA	440.748,00
10	CS	085 003	66.581,00	RUA JORGE FERRAZ	BELVEDERE	216012M	ZP-1	69.200.962,35
11	N	009 001	309,86	RUA DAS JABOTICABEIRAS	DAS LARANJEIRAS	162034M	ZAP	260.064,00
12	NE	085 098	4.061,82	RUA CONSELHEIRO ALOYSIO COSTA	JARDIM VITORIA	037019M	ZAR-2	1.729.116,77
13	NE	035 003	306,00	RUA CONDE SANTA MARINHA	CACHOEIRINHA	082001J	ZAR-2	299.910,60
14	NO	086 007	2.249,06	RUA MARCELO COIMBRA TAVARES	CALIFORNIA	252037F	ZE	488.046,02
15	NO	086 008	1.492,51	TRAVESSIA UM MIL QUATROCENTOS E TRINTA E TRES	CALIFORNIA	252037F	ZE	323.874,67
16	NO	062 023 (Porção remanescente do lote com implantação da Rua Popular)	235,63	RUA POPULAR	APARECIDA	081004G	ZAR-2	279.928,44
17	O	363 012	360,00	RUA XINGU	SÃO BENTO	042016NB33	ZAR-1	363.600,00



18	O	363 028	300,00	AV. RAJA GABAGLIA	SANTA LÚCIA	042016NB33	ZAR-1	303.000,00
19	O	363 025	333,50	RUA ROMA	SANTA LÚCIA	042016NB33	ZAR-1	336.835,00
20	O	363 024	360,00	RUA ROMA	SANTA LÚCIA	042016NB33	ZAR-1	363.600,00
21	O	363 022	300,00	AV. RAJA GABAGLIA	SANTA LÚCIA	042016NB33	ZAR-2	303.000,00
22	P	071 146	1.400,00	AVE OTACILIO NEGRAO DE LIMA	ATLANTICO	314002M	ZP-2	970.200,00
23	P	083 020	420,00	RUA ARNALDO BUENO AZEVEDO	OURO PRETO	174006M	ZAR-2	270.270,00
24	P	083 021	360,00	RUA ARNALDO BUENO AZEVEDO	OURO PRETO	174006M	ZAR-2	231.660,00
25	P	038 012	433,00	RUA FREI MARTINHO BURNIER	PAQUETA	240004I	ZAR-2	303.100,00
26	P	024 054	360,00	RUA JOSE DE MELO	SANTA ROSA	138005M	ZAR-2	160.358,40
27	P	083 014	360,00	RUA OSORIO DE MORAIS	OURO PRETO	174006M	ZAR-2	231.660,00
28	P	083 016	415,00	RUA OSORIO DE MORAIS	OURO PRETO	174006M	ZAR-2	267.052,50
29	P	083 019	390,00	RUA OSORIO DE MORAIS	OURO PRETO	174006M	ZAR-2	253.500,00
30	P	083 017	360,00	RUA SERGIO MIRANDA MOREIRA	OURO PRETO	174006M	ZAR-2	234.000,00
31	VN	064 020	860,00	RUA JOSE FERREIRA DOS SANTOS	JARDIM DOS COMERCÍARIOS	031002M	ZAP	630.036,00
32	VN	128 016	730,92	RUA MAR VERMELHO	SERRA VERDE	266014A	ZE	249.448,38
33	VN	128 017	964,46	RUA MAR VERMELHO	SERRA VERDE	266014A	ZE	329.150,91

A princípio cabe ressaltar que por meio da Lei Municipal Nº 10.699/2014 foi concedida autorização legislativa para que Poder Executivo Municipal, na qualidade de sócio majoritário da PBH Ativos S/A, pudesse alienar 53 (cinquenta e três) imóveis à PBH Ativos, para fins de integralização de capital social da referida empresa.

Ocorre que, dos 53 (cinquenta e três) terrenos autorizados, a PBH Ativos S/A integralizou apenas 20 (vintes) terrenos, permanecendo os outros 33 (trinta e três) terrenos ainda sobre a propriedade do Município de Belo Horizonte.

O Requerimento Nº 586/2017, que hora se responde, elenca justamente os 33 (trinta e três) terrenos que não chegaram a ser integralizados pela PBH Ativos S/A, sendo estes, portanto, de propriedade do Município. Em assim sendo, somente o próprio Município de Belo Horizonte, e não esta PBH Ativos, possui legitimidade para se manifestar quanto a destinação destes 33 (trinta e três) imóveis.

Por todo exposto, espera ter esclarecido a informação solicitada.

Estamos à disposição para esclarecimentos que se fizerem necessários.



PBH Ativos S/A  
Investindo em Belo Horizonte

Belo Horizonte, 30 de junho de 2017.

Roberta H. R. Zimmer

Assessora Jurídico

Tiago Campolina

Assessor Jurídico

Leandro A. R. Arêdes

Assessor Jurídico

*Página de assinaturas da resposta ao Reg. 586/17.*



**PBH ATIVOS S.A.**  
**CNPJ/MF n. 13.593.766/0001-79**  
**NIRE 31300097081**  
**ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**  
**REALIZADA EM 29 DE JUNHO DE 2017**

1. **DATA, HORA E LOCAL:** Realizada aos 29 dias do mês de junho de 2017, às 14:30h, na sede da PBH ATIVOS S.A., localizada na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Avenida Getúlio Vargas, nº 1245, 12º Andar, Bairro Savassi, CEP 30.112-024.

2. **CONVOCAÇÃO E PRESENÇA:** Dispensada a convocação, em virtude da presença da totalidade dos membros eleitos do Conselho de Administração da Companhia, a saber: Sr. Fuad Jorge Noman Filho, Sr. Pedro Meneguetti, Sr. André Abreu Reis, Sra. Miriam Aparecida Silva Maciel e Sr. Paulo Roberto Lamac Júnior. Diretor Presidente da Companhia: Sr. Pedro Meneguetti e Diretora Executiva, Sra. Soraya de Fátima Mourthé Marques Lage.

3. **MESA:** Os trabalhos foram presididos pelo Sr. Fuad Jorge Noman Filho, e secretariados pelo Sr. Pedro Meneguetti.

4. **ORDEM DO DIA:**

Deliberar sobre:

- i. Adequação da Empresa à Lei Federal nº 13.303/2016 (Lei das Estatais);
- ii. Alteração do site da PBH Ativos S/A;
- iii. Plano de Cargos, Carreiras e Salários – PCCS;
- iv. Realização de concurso público.

Tomar conhecimento da padronização dos processos de trabalho da Empresa.

5. **DELIBERAÇÕES:**

i. Com foco na governança corporativa, a Diretoria Geral da PBH Ativos propôs aos Conselheiros cronograma de adequação da Empresa à Lei Federal nº 13.303/2016 (Lei das Estatais), que estabelece novas regras de governança, transparência, integridade e regulamenta licitações e contratos no âmbito das empresas públicas e das sociedades de economia mista. O cronograma prevê a elaboração de diversas Políticas, bem como um novo Regulamento Interno de Licitações e Contratos.

Os Conselheiros aprovaram o cronograma.

ii. Foi proposta a alteração do site da Empresa com objetivo de melhorar a transparência e ampliar seu caráter informativo, atendendo aos anseios dos diversos públicos com os quais se relaciona, bem como para se adequar à sua Lei de criação, à Lei de Transparência e à Lei das Estatais. Os Conselheiros concordaram com proposta de alteração do site da PBH Ativos.

iii. De acordo com o inciso II do art. 37 da Constituição Federal c/c com o inciso “n” do art. 14 do Estatuto da PBH Ativos e §1º do art. 11 da Lei Municipal nº 10.003/2010, a Diretoria Geral submeteu ao Conselho de Administração, a minuta do Plano de Cargos, Carreiras e Salários – PCCS para deliberação. Foi informado que a Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Informação - SMPL pretende, no âmbito da reforma administrativa do Município, estudar, de maneira mais ampla, a política de planos, cargos e salários, bem como de concursos, em todas as

**PBH ATIVOS S.A.**  
**CNPJ/MF n. 13.593.766/0001-79**  
**NIRE 31300097081**  
**ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**  
**REALIZADA EM 29 DE JUNHO DE 2017**

empresas estatais municipais. Assim, antes de uma deliberação, os Conselheiros recomendaram submeter à avaliação da SMPL para verificação da compatibilidade e adequação às reformas pretendidas. Também foi ponderada a existência da Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI recém instaurada na Câmara Municipal de Belo Horizonte (maio/2017) e da tramitação do Projeto de Lei 239/2017 (Cisão PBH Ativos) e que, portanto, torna-se adequado aguardar tanto o desdobramento da CPI, quanto do referido PL para aprovar o PCCS.

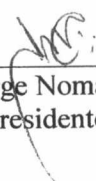
iv. Quanto à realização de concurso público, a deliberação restou prejudicada, pelas mesmas razões do PCCS.

Ao final, foi informado que as atividades de padronização dos processos de trabalho da Empresa foram iniciadas por meio de mapeamento e definição formal de processos e formulários. O objetivo é evidenciar o seguimento adequado das rotinas, garantindo a efficientização das atividades, com a elaboração do Primeiro Manual de Procedimentos Internos, cuja previsão de conclusão é dezembro/2017.


**6. ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a ser tratado, foram os trabalhos suspensos pelo tempo necessário à lavratura da presente Ata, em forma de sumário, que, lida, conferida e achada conforme, foi por todos assinada. Mesa: Fuad Jorge Noman Filho – Presidente e Pedro Meneguetti – Secretário. Membros do Conselho de Administração Presentes: Sr. Fuad Jorge Noman Filho, Sr. Pedro Meneguetti, Sr. André Abreu Reis, Sra. Miriam Aparecida Silva Maciel e Sr. Paulo Roberto Lamac Júnior. Diretor Presidente da Companhia: Sr. Pedro Meneguetti e Diretora Executiva, Sra. Soraya de Fátima Mourthé Marques Lage.

Belo Horizonte, 29 de junho de 2017.

Mesa:

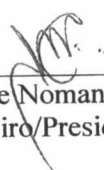


Fuad Jorge Noman Filho  
Presidente



Pedro Meneguetti  
Secretário

Membros do Conselho de Administração:

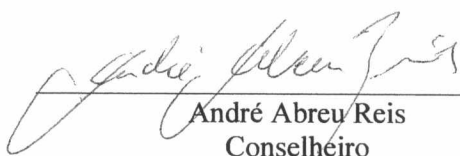


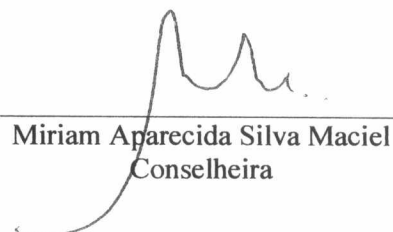
Fuad Jorge Noman Filho  
Conselheiro/Presidente

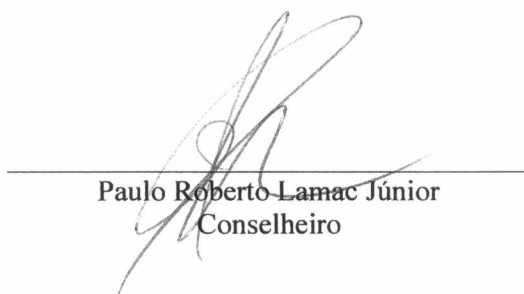


Pedro Meneguetti  
Conselheiro

**PBH ATIVOS S.A.**  
**CNPJ/MF n. 13.593.766/0001-79**  
**NIRE 31300097081**  
**ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**  
**REALIZADA EM 29 DE JUNHO DE 2017**

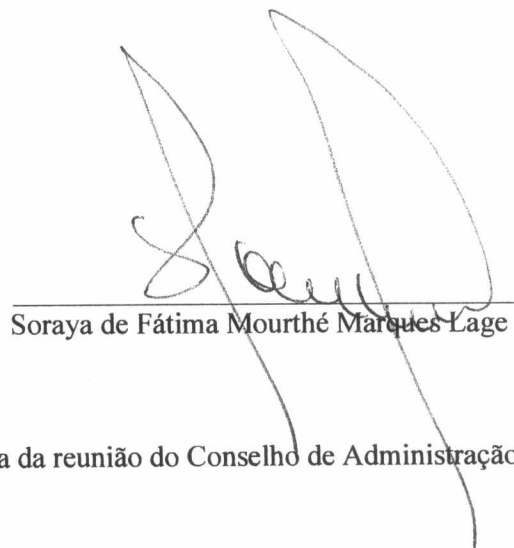
  
\_\_\_\_\_  
André Abreu Reis  
Conselheiro

  
\_\_\_\_\_  
Miriam Aparecida Silva Maciel  
Conselheira

  
\_\_\_\_\_  
Paulo Roberto Lamac Júnior  
Conselheiro

PBH Ativos S/A:

  
\_\_\_\_\_  
Pedro Meneguetti

  
\_\_\_\_\_  
Soraya de Fátima Mourthé Marques Lage

(Continuação da folha de assinaturas da ata da reunião do Conselho de Administração realizada em 29 de junho de 2017)



OF. SMGO Nº 149 / 17

Belo Horizonte, 03 / 04 / 2017

Assunto: Resposta ao **Requerimento de Comissão nº 587/2017** – Vereador Pedro Patrus – encaminhado pelo ofício DIRLEG Nº 2.242/17, de 30/05/17.

Senhor Presidente,

Reporto-me ao Requerimento de Comissão 587/2017, de autoria do Vereador Pedro Patrus, com pedido de informação “acerca da prestação de contas da empresa PBH Ativos S/A sobre a destinação dada pela mesma aos imóveis” conforme relaciona.

Consultada, a empresa emitiu resposta por meio do *Ofício PBH Ativos/SMGO/GETC nº 110/2017*, de 28/06/17, que segue em anexo com esclarecimentos.

Sendo o que se apresenta para o momento, subscrevo-me.

Atenciosamente,

  
**Paulo Lamac**  
Secretário Municipal de Governo

Excelentíssimo Senhor  
Presidente da Câmara Municipal  
**Vereador Henrique Braga**  
CAPITAL

CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE 04/JUL/2017 09:42 000008964

2017/07/04 13:25-004371-1/1



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

PROTOCOLIZADO  
EM PLENÁRIO

23/05/17

às 15:16h.

396

Responsável pelo protocolo

Requerimento de Comissão

**587/2017**

DE 176 - PBH Ativos

23106

Senhor Presidente,

Requeiro a esta Comissão Parlamentar de Inquérito, nos termos do art. 76, § 4º da Lei Orgânica, combinado com art. 48, II e o *caput* do art. 58 do Regimento Interno, seja encaminhado, por meio da Mesa, à Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, pedido de informação acerca da prestação de contas da empresa PBH Ativos S/A sobre a destinação dada pela mesma aos imóveis abaixo listados:

Nº	RE G	QUADRA / LOTE	ÁREA TERRENO (m²)	LOCALIZAÇÃO	BAIRRO	CP	ZONEAMENTO	VALOR MÍNIMO (R\$)
1	B	136 132	26.527,1 7	AV. JOÃO ROLLA FILHO	DIAMANTE	272018A	ZAP	10.206.328,66
2	CS	048 023A	33.832,0 7	AV. RAJA GABAGLIA / RUA ENGENHEIRO SENNÁ FREIRE	SÃO BENTO	219019M	ZAR-2	34.305.718,98
3	CS	418 003	571,00	RUA GENTIOS	LUXEMBURGO	042085M	ZAR-2	475.072,00
4	CS	418 004	468,00	RUA GENTIOS	LUXEMBURGO	042085M	ZAR-2	385.482,24
5	CS	418 005	551,00	RUA GENTIOS	LUXEMBURGO	042085M	ZAR-2	453.847,68
6	CS	418 006	525,00	RUA GENTIOS	LUXEMBURGO	042085M	ZAR-2	432.432,00
7	CS	418 009A	330,50	RUA GENTIOS	LUXEMBURGO	042085M	ZAR-2	272.226,24
8	CS	418 011A	360,00	RUA GENTIOS	LUXEMBURGO	042085M	ZAR-2	296.524,80
9	CS	079 001	371,00	RUA DOUTOR SINVAL	SANTO ANTONIO	042114K	ZA	440.748,00
10	CS	085 003	66.581,0 0	RUA JORGE FERRAZ	BELVEDERE	216012M	ZP-1	69.200.962,35
11	N	009 001	309,86	RUA DAS JABOTICABEIRAS	DAS LARANJEIRAS	162034M	ZAP	260.064,00

12	NE	085 098	4.061,82	RUA CONSELHEIRO ALOYSIO COSTA	JARDIM VITORIA	037019M	ZAR-2	1.729.116,77
13	NE	035 003	306,00	RUA CONDE SANTA MARINHA	CACHOEIRINH A	082001J	ZAR-2	299.910,60
14	N O	086 007	2.249,06	RUA MARCELO COIMBRA TAVARES	CALIFORNIA	252037F	ZE	488.046,02
15	N O	086 008	1.492,51	TRAVESSIA UM MIL QUATROCENTO S E TRINTA E TRES	CALIFORNIA	252037F	ZE	323.874,67
16	N O	062 023 (Porção remanescente do lote com implantação da Rua Popular)	235,63	RUA POPULAR	APARECIDA	081004G	ZAR-2	279.928,44
17	O	363 012	360,00	RUA XINGU	SÃO BENTO	042016NB3 3	ZAR-1	363.600,00
18	O	363 028	300,00	AV. RAJA GABAGLIA	SANTA LÚCIA	042016NB3 3	ZAR-1	303.000,00
19	O	363 025	333,50	RUA ROMA	SANTA LÚCIA	042016NB3 3	ZAR-1	336.835,00
20	O	363 024	360,00	RUA ROMA	SANTA LÚCIA	042016NB3 3	ZAR-1	363.600,00
21	O	363 022	300,00	AV. RAJA GABAGLIA	SANTA LÚCIA	042016NB3 3	ZAR-2	303.000,00

22	P	071 146	1.400,00	AVE OTACILIO NEGRAO DE LIMA	ATLANTICO	314002M	ZP-2	970.200,00
23	P	083 020	420,00	RUA ARNALDO BUENO AZEVEDO	OURO PRETO	174006M	ZAR-2	270.270,00
24	P	083 021	360,00	RUA ARNALDO BUENO AZEVEDO	OURO PRETO	174006M	ZAR-2	231.660,00
25	P	038 012	433,00	RUA FREI MARTINHO BURNIER	PAQUETA	240004I	ZAR-2	303.100,00
26	P	024 054	360,00	RUA JOSE DE MELO	SANTA ROSA	138005M	ZAR-2	160.358,40
27	P	083 014	360,00	RUA OSORIO DE MORAIS	OURO PRETO	174006M	ZAR-2	231.660,00
28	P	083 016	415,00	RUA OSORIO DE MORAIS	OURO PRETO	174006M	ZAR-2	267.052,50
29	P	083 019	390,00	RUA OSORIO DE MORAIS	OURO PRETO	174006M	ZAR-2	253.500,00
30	P	083 017	360,00	RUA SERGIO MIRANDA MOREIRA	OURO PRETO	174006M	ZAR-2	234.000,00
31	VN	064 020	860,00	RUA JOSE FERREIRA DOS SANTOS	JARDIM DOS COMERCIÁRI OS	031002M	ZAP	630.036,00

32	VN	128 016	730,92	RUA MAR VERMELHO	SERRA VERDE	266014A	ZE	249.448,38
33	VN	128 017	964,46	RUA MAR VERMELHO	SERRA VERDE	266014A	ZE	329.150,91

Belo Horizonte, 23 de maio de 2017.



Pedro Patrus

Vereador PT

Vereador Pedro Patrus  
Câmara Municipal de Belo Horizonte

PROPOSIÇÃO INICIAL
Avulsos distribuidos
Em 24 / 05 / 17
<u>Chau 479</u>
Responsável pela distribuição

Ao Senhor

Vereador Gilson Reis

Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito PBH Ativos S.A.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

DESPACHO DE DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO

REQUERIMENTO DE COMISSÃO nº 587 / 17

Solicitação relativa a:

☒ Pedido de Informação a autoridade, encaminhado por meio da Mesa

☐ Solicitação de Estudo Técnico à Consultoria Legislativa

☐ Envio de Ofício

☐ Apresentação de Indicação de autoria da Comissão

☐ Apresentação de Moção de autoria da Comissão

☐ Outros tipos: \_\_\_\_\_

A Comissão de Parlamentar de Inquérito deliberou por:

☐ adiar a apreciação do requerimento.

☐ rejeitar o requerimento.

☒ aprovar o requerimento.

☐ outros: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

3ª Reunião -x-

Em 29 / 05 / 17

  
Presidente da Reunião

Vereador Gilson Reis

Avulsos distribuídos em:

29 / 05 / 17

096  
SECAPC

Coordenador responsável:

Fernanda

Consultor responsável:

-x-

☐ Arquivado

☐ Ciência à Comissão sobre a resposta

Em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

DIRLEG





# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Of. DIRLEG Nº 2.242/17

Belo Horizonte, 30 de maio de 2017

Senhor Secretário,

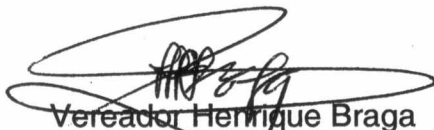
Informo a Vossa Excelência, que foi aprovado, na Comissão Parlamentar de Inquérito: PBH Ativos, em 29/5/17, o Requerimento de Comissão nº 587/17, de autoria do Vereador Pedro Patrus, dirigido ao Executivo.

Cumpre esclarecer que, conforme o § 1º do art. 86 do Regimento Interno desta Casa c/c o § 4º do artigo 76 da Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte, o prazo para o cumprimento do pedido é de até 30 (trinta) dias corridos.

Em caso de resposta cujo teor ultrapasse 100 (cem) laudas, solicita-se o encaminhamento do volume também por meio digital, em mídia física.

Segue, anexa, cópia do Requerimento de Comissão nº 587/17.

Atenciosamente,

  
Vereador Henrique Braga  
Presidente

Excelentíssimo Senhor  
Paulo Lamac  
Secretário Municipal de Governo  
/mms

Recebido por:	<u>Magda Braga</u>
	NOME LEGÍVEL
MATRÍCULA OU IDENTIDADE:	<u>43206-1</u>
Órgão:	<u>GETC - 3760</u>
Em:	<u>1º/06/2017</u>
Hora:	<u>11:18</u>
Prazo para resposta até	<u>  </u> / <u>  </u> / <u>  </u>



PBH Ativos S/A  
Investindo em Belo Horizonte

OF.INT. PBH ATIVOS/SMGO/GETC nº 110/2017

Belo Horizonte, 28 de junho de 2017.

**Ref.: Resposta ao Of. SMGO/GETC Nº 176/2017 à solicitação de informações a serem prestadas à Câmara Municipal de Belo Horizonte quanto ao Requerimento nº 587/2017 da Comissão Parlamentar de Inquérito.**

Prezado Senhor,

Segue esclarecimentos relativos ao requerimento 587/2017 da Comissão Parlamentar de Inquérito.

Frise-se que tempestivo o envio do presente documento, haja vista que foi concedido o prazo de até 30 (trinta) dias corridos para resposta, sendo que seu recebimento pela SMGO/GETEC ocorreu em 01/06/17, pelo que findar-se-á o prazo para reposta em 03/07/17.

Estamos à disposição para esclarecimentos que se fizerem necessários.

Sem mais para o momento.

Respeitosamente,



**Pedro Meneguetti**

Diretor Presidente PBH Ativos S.A.



**Soraya de Fátima Mourthé Marques Lage**  
Diretora Executiva PBH Ativos S.A.

Ao Senhor  
Felipe Prates Rozenberg  
Gerente Técnico-Consultivo - GETC  
Secretaria Municipal de Governo - SMGO



PBH Ativos S/A  
Investindo em Belo Horizonte

**ILUSTRÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO PBH ATIVOS S/A DA  
CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE**

**Requerimento de Comissão nº 587/2017**

**BREVE SÍNTESE DOS FATOS**

Na 3ª reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito da PBH Ativos, realizada no dia 29/05/17, foi aprovado o Requerimento Nº 587/2017 de autoria do Vereador Pedro Patrus que solicita a esta Prefeitura Municipal pedido de informação sobre a destinação dos seguintes imóveis cedidos pelo Município de Belo Horizonte para esta PBH Ativos:

Nº	REG.	QUADRA / LOTE	ÁREA TERRENO (m²)	LOCALIZAÇÃO	BAIRRO	CP	ZONEAMENTO	VALOR MÍNIMO (R\$)
1	B	136 132	26.527,17	AV. JOÃO ROLLA FILHO	DIAMANTE	272018A	ZAP	10.206.328,66
2	CS	048 023A	33.832,07	AV. RAJA GABAGLIA / RUA ENGENHEIRO SENNA FREIRE	SÃO BENTO	219019M	ZAR-2	34.305.718,98
3	CS	418 003	571,00	RUA GENTIOS	LUXEMBURGO	042085M	ZAR-2	475.072,00
4	CS	418 004	468,00	RUA GENTIOS	LUXEMBURGO	042085M	ZAR-2	385.482,24
5	CS	418 005	551,00	RUA GENTIOS	LUXEMBURGO	042085M	ZAR-2	453.847,68
6	CS	418 006	525,00	RUA GENTIOS	LUXEMBURGO	042085M	ZAR-2	432.432,00
7	CS	418 009A	330,50	RUA GENTIOS	LUXEMBURGO	042085M	ZAR-2	272.226,24
8	CS	418 011A	360,00	RUA GENTIOS	LUXEMBURGO	042085M	ZAR-2	296.524,80
9	CS	079 001	371,00	RUA DOUTOR SINVAL	SANTO ANTONIO	042114K	ZA	440.748,00
10	CS	085 003	66.581,00	RUA JORGE FERRAZ	BELVEDERE	216012M	ZP-1	69.200.962,35
11	N	009 001	309,86	RUA DAS JABOTICABEIRAS	DAS LARANJEIRAS	162034M	ZAP	260.064,00
12	NE	085 098	4.061,82	RUA CONSELHEIRO ALOYSIO COSTA	JARDIM VITORIA	037019M	ZAR-2	1.729.116,77
13	NE	035 003	306,00	RUA CONDE SANTA MARINHA	CACHOEIRINHA	082001J	ZAR-2	299.910,60
14	NO	086 007	2.249,06	RUA MARCELO COIMBRA TAVARES	CALIFORNIA	252037F	ZE	488.046,02
15	NO	086 008	1.492,51	TRAVESSIA UM MIL QUATROCENTOS E TRINTA E TRES	CALIFORNIA	252037F	ZE	323.874,67
16	NO	062 023 (Porção remanescente do lote com implantação da Rua Popular)	235,63	RUA POPULAR	APARECIDA	081004G	ZAR-2	279.928,44



PBH Ativos S/A  
Investindo em Belo Horizonte

17	O	363 012	360,00	RUA XINGU	SÃO BENTO	042016NB33	ZAR-1	363.600,00
18	O	363 028	300,00	AV. RAJA GABAGLIA	SANTA LÚCIA	042016NB33	ZAR-1	303.000,00
19	O	363 025	333,50	RUA ROMA	SANTA LÚCIA	042016NB33	ZAR-1	336.835,00
20	O	363 024	360,00	RUA ROMA	SANTA LÚCIA	042016NB33	ZAR-1	363.600,00
21	O	363 022	300,00	AV. RAJA GABAGLIA	SANTA LÚCIA	042016NB33	ZAR-2	303.000,00
22	P	071 146	1.400,00	AVE OTACILIO NEGRAO DE LIMA	ATLANTICO	314002M	ZP-2	970.200,00
23	P	083 020	420,00	RUA ARNALDO BUENO AZEVEDO	OURO PRETO	174006M	ZAR-2	270.270,00
24	P	083 021	360,00	RUA ARNALDO BUENO AZEVEDO	OURO PRETO	174006M	ZAR-2	231.660,00
25	P	038 012	433,00	RUA FREI MARTINHO BURNIER	PAQUETA	240004I	ZAR-2	303.100,00
26	P	024 054	360,00	RUA JOSE DE MELO	SANTA ROSA	138005M	ZAR-2	160.358,40
27	P	083 014	360,00	RUA OSORIO DE MORAIS	OURO PRETO	174006M	ZAR-2	231.660,00
28	P	083 016	415,00	RUA OSORIO DE MORAIS	OURO PRETO	174006M	ZAR-2	267.052,50
29	P	083 019	390,00	RUA OSORIO DE MORAIS	OURO PRETO	174006M	ZAR-2	253.500,00
30	P	083 017	360,00	RUA SERGIO MIRANDA MOREIRA	OURO PRETO	174006M	ZAR-2	234.000,00
31	VN	064 020	860,00	RUA JOSE FERREIRA DOS SANTOS	JARDIM DOS COMERCÍARIOS	031002M	ZAP	630.036,00
32	VN	128 016	730,92	RUA MAR VERMELHO	SERRA VERDE	266014A	ZE	249.448,38
33	VN	128 017	964,46	RUA MAR VERMELHO	SERRA VERDE	266014A	ZE	329.150,91

A princípio cabe ressaltar que por meio da Lei Municipal Nº 10.699/2014 foi concedida autorização legislativa para que o Poder Executivo Municipal, na qualidade de sócio majoritário da PBH Ativos S/A, pudesse alienar 53 (cinquenta e três) imóveis à PBH Ativos, para fins de integralização de capital social da referida empresa.

Ocorre que, dos 53 (cinquenta e três) terrenos autorizados, a PBH Ativos S/A integralizou apenas 20 (vintes) terrenos, permanecendo os outros 33 (trinta e três) terrenos ainda sobre a propriedade do Município de Belo Horizonte.

O Requerimento Nº 587/2017, que hora se responde, elenca justamente os 33 (trinta e três) terrenos que não chegaram a ser integralizados pela PBH Ativos S/A, sendo estes, portanto, ainda de propriedade do Município.

Até o presente momento o Município ainda não definiu qual será a destinação dada a estes 33 (trinta e três) terrenos.

Por todo exposto, espera ter esclarecido a informação solicitada.



PBH Ativos S/A  
Investindo em Belo Horizonte

Estamos à disposição para esclarecimentos que se fizerem necessários.

Belo Horizonte, 28 de junho de 2017.

Roberta H. R. Zimmer

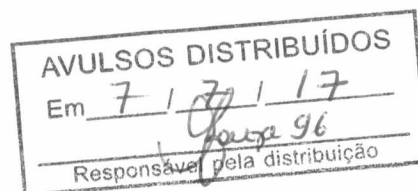
Assessora Jurídico

Tiago Campolina

Assessor Jurídico

Leandro A. R. Arêdes

Assessor Jurídico





OF. SMGO Nº 151/17

Belo Horizonte, 03 / 07 / 2017

Assunto: Resposta ao **Requerimento de Comissão nº 592/2017** – Vereador Irlan Melo – encaminhado pelo ofício DIRLEG Nº 2.239/17, de 30/05/17.

Senhor Presidente,

Reporto-me ao Requerimento de Comissão 592/2017, de autoria do Vereador Irlan Melo, com pedido de informação acerca da “quantidade de cessão de créditos tributários e não tributários realizados em favor da PBH Ativos S/A, CNPJ 13.593.766/0001-79, durante todo o período de sua existência”.

Consultada, a empresa manifestou-se através do *Ofício PBH Ativos/SMGO/GETC nº 107/2017*, de 28/06/17, que segue em anexo com esclarecimentos. Ademais, encaminhou cópia dos contratos/documentos, os quais menciona em sua resposta.

Sendo o que se apresenta para o momento, subscrevo-me.

Atenciosamente,

  
**Paulo Lamac**  
Secretário Municipal de Governo

Excelentíssimo Senhor  
Presidente da Câmara Municipal  
**Vereador Henrique Braga**  
CAPITAL

Reg. 592/2017



OF. PBH ATIVOS/SMGO/GETC nº 107/2017

Belo Horizonte, 28 de junho de 2017.

**Ref.: Resposta ao Of. SMGO/GETC Nº 175/17 e ao Of. DIRLEG Nº 2.239/17 acerca do Requerimento nº 592/2017 da Comissão Parlamentar de Inquérito**

Prezado Senhor,

Conforme solicitado, seguem os esclarecimentos relativos ao requerimento 592/2017 da Comissão Parlamentar de Inquérito.

Frise-se que, no que se refere ao prazo interno, é tempestiva a manifestação da PBH Ativos S/A considerando a prorrogação do prazo pela GECT/SMGO para 28/06/17.

O prazo de manifestação perante a Câmara findar-se-á em 03/07/17, haja vista que foi concedido o prazo de até 30 (trinta) dias corridos para resposta e seu recebimento pela GECT/SMGO ocorreu em 01/06/17.


Na oportunidade encaminhamos ainda os contratos sobre a emissão de debêntures utilizados para subsidiar as respostas deste requerimento, bem como dos nº 620/2017 e 621/17 da Comissão Parlamentar de Inquérito.

Estamos à disposição para esclarecimentos que se fizerem necessários.

Sem mais para o momento.

Respeitosamente,

  
**Pedro Meneguetti**  
Diretor Presidente  
PBH Ativos S.A.

  
**Soraya de Fátima Mourthe M. Lage**  
Diretora Executiva  
PBH Ativos S.A.

Ao Senhor  
Felipe Prates Rozenberg  
Gerente Técnico-Consultivo - GETC  
Secretaria Municipal de Governo – SMGO

### Requerimento de Comissão nº 592/2017

Na 3ª reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito da PBH Ativos, realizada no dia 29/05/17, foi aprovado o Requerimento Nº 592/2017 de autoria do Vereador Irlan Melo que solicita informação sobre a quantidade de cessão de créditos tributários e não tributários realizados em favor da PBH Ativos S/A, durante todo o período de sua existência.

#### Esclarecimentos:

Não foram cedidos créditos tributários e não tributários em favor da PBH Ativos, conforme se verifica no Contrato de Cessão e Aquisição de Direito Autônomo de Recebimento de Créditos e outras avenças (Contrato de Cessão Onerosa), cláusulas 2.2, alíneas (a) a (g)

Foi realizada uma única cessão onerosa e definitiva, em 10 de janeiro de 2014.

A cessão onerosa perfaz o valor de R\$ 880.320.000,00 (oitocentos e oitenta milhões, trezentos e vinte mil reais), conforme cláusulas 3.2.1, 3.3.1, 3.4.1 e 4.4.3.1 do Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão Privada de Debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie subordinada, em série única, da PBH Ativos, conforme alterado pela cláusula 1.3 do 1º aditamento.

Por todo exposto, espera ter esclarecido as informações solicitadas.

À disposição para eventuais novos esclarecimentos, caso entendam necessários.

Belo Horizonte, 28 de junho de 2017.



Leandro A. R. Arêdes

Assessor Jurídico



Roberta H. R. Zimmer

Assessora Jurídica



Tiago O. F. Campolina

Assessor Jurídico





**OF. SMGO/GETC Nº 175/2017**

**CÓPIA**

Belo Horizonte, 13 de junho de 2017.

Senhor Presidente,

Encaminho, para análise e manifestação da PBH Ativos S/A, cópia do Requerimento de Comissão nº 592/2017 anexa, de autoria do Vereador Irlan Melo, direcionado à Secretaria Municipal de Governo por meio do Of. DIRLEG Nº 2.239/17.

Pede-se informar à CPI PBH Ativos a quantidade de cessão de créditos tributários e não tributários realizados em favor da empresa durante todo o período de sua existência.

Gentileza retornar até o dia 23/06/17, para confecção de resposta objetiva ao Legislativo através desta Secretaria.

Atenciosamente,

**Felipe Prates Rozenberg**

Gerente Técnico-Consultivo - SMGO

Ao Senhor  
**Pedro Meneguetti**  
PBH Ativos S/A  
CAPITAL

RECEBI	
Nome legível	<i>Quatana</i>
Matrícula	<i>0002</i>
Órgão	<i>PBH Ativos S/A</i>
Data	<i>13/06/17</i>



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Requerimento de Comissão

**592/2017**

TAG 37627

TAG - 37627

OF 115 - 05/05/2017

28106

Senhor (a) Presidente,

Requeiro a esta Comissão, nos termos do art. 76, § 4º da Lei Orgânica, combinado com art. 48, II do Regimento Interno, seja encaminhado, por meio da Mesa, Pedido de informação ao senhor Alexandre Kalil, Prefeito do município de Belo Horizonte, para que informe a esta CPI a quantidade de cessão de créditos tributários e não tributários realizados em favor da empresa PBH Ativos S/A – CNPJ 13.593.766/0001-79 durante todo o período de sua existência

Ordem Direta Legislativa - 23-Mai-2017-17:56-0003077-001

Belo Horizonte, 23 de Maio de 2017.

Vereador Irlan Melo  
Lider do PR  
Relator da CPI: PBH Ativos

PROPOSIÇÃO INICIAL
Avulsos distribuídos
Em 24/05/17
<u>439</u>
Responsável pela distribuição

Ao Senhor

Vereador Gilson Reis

Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito: PBH Ativos



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

DESPACHO DE DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO

REQUERIMENTO DE COMISSÃO nº 592 / 17

Solicitação relativa a:

☒ Pedido de Informação a autoridade, encaminhado por meio da Mesa

( ) Solicitação de Estudo Técnico à Consultoria Legislativa

( ) Envio de Ofício

( ) Apresentação de Indicação de autoria da Comissão

( ) Apresentação de Moção de autoria da Comissão

( ) Outros tipos: \_\_\_\_\_

A Comissão de Parlamentar de Inquérito deliberou por:

( ) **adiar** a apreciação do requerimento.

( ) **rejeitar** o requerimento.

☒ **aprovar** o requerimento.

( ) **outros:** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_


\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

3ª Reunião -x-

Em 29 / 05 / 17

  
Presidente da Reunião  
Vereador Gilson Reis

Avulsos distribuídos em:

29 / 05 / 17

1096  
SECAPC

Coordenador responsável:

Fernanda

Consultor responsável:

-x-

( ) Arquivado

( ) Ciência à Comissão sobre a resposta

Em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

DIRLEG



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Of. DIRLEG Nº 2.239/17

Belo Horizonte, 30 de maio de 2017

Senhor Secretário,

Informo a Vossa Excelência, que foi aprovado, na Comissão Parlamentar de Inquérito: PBH Ativos, em 29/5/17, o Requerimento de Comissão nº 592/17, de autoria do Vereador Irlan Melo, dirigido ao Executivo.

Cumpre esclarecer que, conforme o § 1º do art. 86 do Regimento Interno desta Casa c/c o § 4º do artigo 76 da Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte, o prazo para o cumprimento do pedido é de até 30 (trinta) dias corridos.

Em caso de resposta cujo teor ultrapasse 100 (cem) laudas, solicita-se o encaminhamento do volume também por meio digital, em mídia física.

Segue, anexa, cópia do Requerimento de Comissão nº 592/17.

Atenciosamente,

  
Vereador Henrique Braga  
Presidente

Excelentíssimo Senhor  
Paulo Lamac  
Secretário Municipal de Governo  
/mfl

Recebido por:	<u>Henrique Braga</u>
	NOME LEGÍVEL
MATRÍCULA OU IDENTIDADE:	<u>45206-1</u>
Órgão:	<u>GETC - SMD</u>
Em	<u>1º 06/2017</u>
Hora:	<u>11:21</u>
Prazo para resposta até	<u>  /  /  </u>

**CONTRATO DE COORDENAÇÃO,  
COLOCAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO  
PÚBLICA, COM ESFORÇOS  
RESTRITOS, SOB O REGIME DE  
GARANTIA FIRME DE COLOCAÇÃO,  
DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO  
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE  
ÚNICA, DA ESPÉCIE COM GARANTIA  
REAL, DA 2ª EMISSÃO, SENDO A 1ª  
PÚBLICA, DA PBH ATIVOS S/A**

---

**CONTRATO DE COORDENAÇÃO, COLOCAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA,  
COM ESFORÇOS RESTRITOS, SOB O REGIME DE GARANTIA FIRME DE  
COLOCAÇÃO, DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM  
SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, DA 2ª (SEGUNDA) EMISSÃO,  
SENDO A 1ª (PRIMEIRA) PÚBLICA, DA PBH ATIVOS S.A.**

entre

**PBH ATIVOS S.A.**

*como Emissora*

e

**BANCO BTG PACTUAL S.A.**

*como Coordenador Líder*

E, na qualidade de Intervenientes Anuentes,

**SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS DE BELO HORIZONTE**

e

**PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE**

\_\_\_\_\_

Datado de

27 de fevereiro de 2014

\_\_\_\_\_

*[Handwritten signature]*

*[Circular stamp: BTG PACTUAL, 27 de fevereiro de 2014]*

**CONTRATO DE COORDENAÇÃO, COLOCAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS, SOB O REGIME DE GARANTIA FIRME DE COLOCAÇÃO, DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, DA SEGUNDA EMISSÃO, SENDO A PRIMEIRA PÚBLICA, DA PBH ATIVOS S.A.**

Pelo presente instrumento particular, de um lado,

**PBH ATIVOS S.A.**, sociedade de economia mista, estabelecida na Avenida Afonso Pena, nº 774, 5º Andar, Centro, CEP: 30130-003 – Belo Horizonte, MG, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 13.593.766/0001-79, neste ato representada por seu Diretor Presidente Sr. Edson Ronaldo Nascimento, brasileiro, casado, economista, portador do RG nº. 8.020.876.481 (SSP/RS) e inscrito no CPF/MF sob o nº 362.453.050-04 (“Emissora” ou “Companhia”);

e, de outro lado,

**BANCO BTG PACTUAL S.A.**, instituição financeira integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários, com escritório na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.477, 14º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 30.306.294/0002-26, neste ato representada por seu(s) representante(s) legal(is) devidamente autorizado(s) e identificado(s) nas páginas de assinaturas do presente instrumento (“BTG Pactual” ou “Coordenador Líder”);

doravante designados, em conjunto, como “Partes” e, individual e indistintamente, como “Parte”

e, ainda, como Intervenientes Anuentes:

**SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS DE BELO HORIZONTE**, estabelecida na Rua Espírito Santo, 605, Centro, 5º andar, CEP 30.160.030, Município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, neste ato representada pelo Secretário Municipal de Finanças, Sr. Marcelo Piancastelli de Siqueira, brasileiro, divorciado, economista, portador do RG nº. 0976099 – MG e inscrito no CPF/MF sob o nº 125.350.606-04 (“SMF”); e

**PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE**, estabelecida na Rua dos Timbiras, 628, Funcionários, CEP 30.140.060, município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, neste ato representada pelo Procurador-Geral do Município, Dr. Rúsvel Beltrame Rocha, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/MG sob o nº. 65805 e no CPF/MF sob o nº 782.347.276-72

("PGM" e, quando em conjunto com a SMF, a seguir referidos simplesmente como "Intervenientes Anuentes");

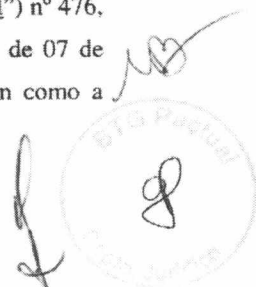
**CONSIDERANDO QUE:**

(a) a Emissora, conforme estabelecido em seu objeto social, sua lei de criação, e nos termos de seu Estatuto Social, aprovado pelo Decreto Municipal nº 14.444 de 09 de junho de 2011, tem, entre outros, competência para: (i) titular, administrar e explorar economicamente ativos municipais; (ii) auxiliar o Tesouro Municipal na captação de recursos financeiros, podendo, para tanto, colocar no mercado obrigações de emissão própria, receber, adquirir, alienar e dar em garantia os ativos, créditos, títulos e valores mobiliários da sociedade; e (iii) estruturar e implementar operações que visam à obtenção de recursos junto ao mercado de capitais;

(b) nos termos do artigo 7º da Lei Municipal 7.932/99, o Município de Belo Horizonte ("Município") e a Emissora, com a anuência dos Intervenientes Anuentes e da Empresa de Informática e Informação do Município de Belo Horizonte S/A – PRODABEL ("PRODABEL"), formalizaram a cessão de direitos de crédito autônomos para recebimento do fluxo de pagamentos decorrente dos créditos tributários ou não tributários vencidos e parcelados pelo Contribuinte através de procedimentos administrativos ou judiciais de parcelamento ("Direitos de Crédito Autônomos"), por meio da celebração do Contrato de Cessão e Aquisição de Direito Autônomo de Recebimento de Créditos e Outras Avenças, firmado em 10 de janeiro de 2014 ("Contrato de Cessão Onerosa");

(c) serão emitidas, pela Emissora, debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie subordinada ("Debêntures Subordinadas"), de forma privada, as quais serão totalmente subscritas pelo Município e por ele integralizadas mediante a cessão, à Emissora, dos Direitos de Crédito Autônomos ("Emissão de Debêntures Subordinadas");

(d) com base na deliberação da (i) Assembleia Geral Extraordinária da Emissora, realizada em 12 de dezembro de 2013 ("AGE"), (ii) Reunião do Conselho de Administração da Emissora, realizada em 12 de dezembro de 2013 ("RCA"), e (iii) Reunião do Conselho Fiscal da Emissora, realizada em 12 de dezembro de 2013 ("RCF"), foi aprovada a segunda emissão de debêntures, em série única, da Emissora ("Emissão" e "Debêntures", respectivamente), para distribuição pública, com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 476") e da Lei nº 6.385, de 07 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei nº 6.385" e "Oferta", respectivamente), bem como a outorga da garantia de cessão fiduciária conferida às Debêntures;





(e) o Coordenador Líder é instituição financeira integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários, devidamente autorizada a operar no mercado de capitais, e concorda em realizar a distribuição pública, com esforços restritos de colocação, sob o regime de garantia firme de colocação da totalidade das Debêntures, nos termos deste Contrato (conforme abaixo definido);

(f) como resultado do Pregão Presencial nº 2013/001, processo administrativo nº 01.009558/13-48, nos termos do Decreto Municipal nº 12.436/06 e das leis federais nº 8.666/93 e 10.520/02, a Emissora e o Coordenador Líder firmaram, em 27 de fevereiro de 2013, um Contrato de Prestação de Serviços Técnicos, que tem por objeto a prestação de serviços de assessoria financeira para a estruturação, emissão e distribuição pública de valores mobiliários lastreados em direitos creditórios autônomos originados de créditos tributários ou não, parcelados, a serem cedidos pelo Município de Belo Horizonte à PBH ATIVOS, conforme aditado ("Contrato de Prestação de Serviços"); e

(g) nos termos da Cláusula 12.4 do Contrato de Prestação de Serviços, as Partes comprometeram-se a celebrar o instrumento jurídico de distribuição, de forma a regular e detalhar os serviços relacionados à distribuição pública das Debêntures, que será realizada com esforços restritos de colocação, nos termos e da Instrução CVM 476.

**ISTO POSTO**, resolvem as Partes, com a anuência dos Intervenientes Anuentes, celebrar o presente Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública, com Esforços Restritos, sob o Regime de Garantia Firme de Colocação, de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real, da Segunda Emissão, sendo a Primeira Pública, da PBH ATIVOS S.A. ("Contrato de Colocação" ou "Contrato"), que se regerá pelas cláusulas e condições a seguir especificadas.

(Termos iniciados por letra maiúscula utilizados neste Contrato que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído no "Instrumento Particular de Escritura da 2ª (Segunda) Emissão, Sendo a 1ª (Primeira) Pública, de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da PBH ATIVOS S.A.", a ser celebrado entre a Companhia e a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários ("Agente Fiduciário"), representando a comunhão dos titulares das Debêntures ("Debenturistas"), e pelos Intervenientes Anuentes, e seus eventuais aditamentos ("Escritura"), que será parte integrante, complementar e inseparável deste Contrato).

A handwritten signature is written over a circular stamp. The stamp contains the text "Pentágono S.A." and "2013/001" around a central logo.

**CLÁUSULA I**  
**OBJETO E REQUISITOS**

1.1. A Emissora, com a anuência dos Intervenientes Anuentes, e em observância do Contrato de Prestação de Serviços, contrata, neste ato, o Coordenador Líder para estruturar, coordenar e realizar a Oferta, observadas as condições previstas neste Contrato.

1.2. A ata da AGE foi devidamente registrada na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais ("JUCEMG") em 26 de dezembro de 2013 e será publicada no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais ("DOEMG"), e no jornal Diário do Comércio ("Diário do Comércio") e em conjunto com o DOEMG, os "Jornais de Publicação", nos termos dos artigos 62, inciso I, e 289 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações").

1.3. A ata da RCA foi devidamente registrada na JUCEMG em 26 de dezembro de 2013 e será publicada nos Jornais de Publicação, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

1.4. A Escritura e os eventuais aditamentos deverão ter sido registrados na JUCEMG, nos termos do artigo 62, inciso II, § 3º, da Lei das Sociedades por Ações, sendo certo que 1 (uma) via original da Escritura devidamente registrada na JUCEMG deverá ser entregue pela Emissora ao Agente Fiduciário no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis após seu efetivo registro;

1.5. A Oferta será realizada nos termos da Instrução CVM 476 e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, estando, portanto, automaticamente dispensada do registro de distribuição de que trata o artigo 19 da Lei nº 6.385 e o artigo 2º da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400").

1.5.1. Por se tratar de oferta pública com esforços restritos de colocação, a Oferta está automaticamente dispensada do registro na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("ANBIMA"), nos termos do parágrafo 1º do artigo 25 do "Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários", em vigor.

1.6. As Debêntures serão registradas para:

- (a) distribuição no mercado primário por meio do DDA – Sistema de Distribuição de Ativos (“DDA”), administrado e operacionalizado pela BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (“BM&FBOVESPA”), sendo a distribuição das Debêntures liquidada financeiramente por meio da BM&FBOVESPA; e
- (b) negociação no mercado secundário por meio do Sistema Soma Fix (“SOMAFIX”), administrado e operacionalizado pela BM&FBOVESPA, sendo a negociação das Debêntures liquidadas financeiramente por meio da BM&FBOVESPA e as Debêntures custodiadas eletronicamente na BM&FBOVESPA.

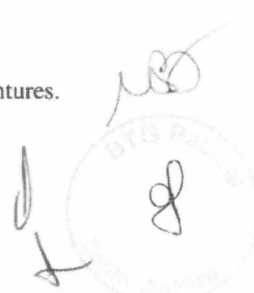
1.6.1. Não obstante o descrito na Cláusula 1.6 acima, as Debêntures somente poderão ser negociadas nos mercados regulamentados de valores mobiliários depois de decorridos 90 (noventa) dias da subscrição e integralização por Investidores Qualificados (conforme abaixo definido), conforme disposto nos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476, e uma vez verificado o cumprimento, pela Companhia, de suas obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476, sendo que a negociação das Debêntures deverá sempre respeitar as disposições legais e regulamentares aplicáveis.

## CLÁUSULA II

### CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

2.1. As Debêntures estarão sujeitas aos termos e condições definidos na Escritura, sendo alguns deles descritos a seguir:

- (a) *Número da Emissão:* As Debêntures representam a 2ª emissão, sendo a 1ª pública, de debêntures da Companhia.
- (b) *Data de Emissão:* para todos os fins e efeitos, a data de emissão das Debêntures será aquela que vier a ser determinada na Escritura (“Data de Emissão”).
- (b) *Valor Total da Emissão:* O valor total da Emissão será de até R\$ 230.000.000,00 (duzentos e trinta milhões de reais), na Data de Emissão (“Valor Total da Emissão”).
- (c) *Séries:* a Emissão será realizada em uma única série.
- (d) *Quantidade de Debêntures:* serão emitidas até 2.300 (dois mil e trezentos) Debêntures.

A circular stamp with the text "BTG PACTUAL" around the perimeter. Inside the stamp, there is a handwritten signature and the word "Assinado" (Signed) is partially visible.

(e) *Valor Nominal Unitário:* as Debêntures terão valor nominal unitário de até R\$ 100.000,00 (cem mil reais), na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário").

(f) *Forma, Comprovação de Titularidade, Escriturador Mandatário e Banco Liquidante:* As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa, escritural, sem emissão de certificados, sendo que, para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato de conta de depósito emitido pela **ITAÚ CORRETORA DE VALORES S.A.**, instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima 3400, 10º andar, inscrita no CNPJ sob o n.º 61.194.353/0001-64, prestadora de serviços de escrituração das Debêntures, sendo o banco liquidante das Debêntures o **ITAÚ UNIBANCO S.A.**, instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha 100, inscrita no CNPJ sob o n.º 60.701.190/0001-04 ("Escriturador" e "Banco Liquidante", respectivamente, cujas definições incluem qualquer outra instituição que venha a sucedê-las na prestação dos serviços previstos na Escritura). Adicionalmente, para as Debêntures custodiadas eletronicamente na BM&FBOVESPA, esta expedirá extrato em nome do Debenturista, o qual servirá de comprovante de titularidade de tais Debêntures.

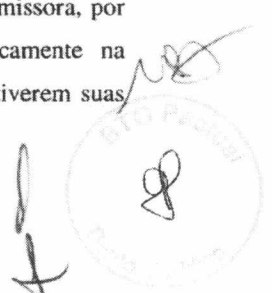
(g) *Conversibilidade:* As Debêntures não serão conversíveis em ações da Companhia.

(h) *Espécie:* As Debêntures serão da espécie com garantia real, representada por cessão fiduciária dos Créditos Cedidos Fiduciariamente, conforme definido abaixo.

(i) *Destinação dos Recursos:* Os recursos líquidos obtidos pela Emissora com a Emissão das Debêntures, depositados na Conta de Livre Movimentação, serão utilizados em 90% (noventa por cento) para a amortização programada extraordinária das Debêntures Subordinadas. O saldo será destinado pela Emissora para o cumprimento de obrigações corporativas diversas.

(j) *Prazo e Data de Vencimento:* Ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos previstos na Escritura, o prazo das Debêntures será de 84 (oitenta e quatro) meses, contados da Data de Emissão ("Data de Vencimento").

(i) *Local de Pagamento:* Os pagamentos referentes às Debêntures e a quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura serão efetuados pela Emissora, por meio da BM&FBOVESPA, conforme as Debêntures estejam custodiadas eletronicamente na BM&FBOVESPA, ou, ainda, por meio do Escriturador para os Debenturistas que não tiverem suas Debêntures custodiadas eletronicamente na BM&FBOVESPA ("Local de Pagamento").

A handwritten signature is written over a circular stamp. The stamp contains the text "SIG. PESSOAL" at the top and "BM & FBOVESPA" at the bottom, with a stylized logo in the center.

(j) *Atualização Monetária:* O Valor Nominal Unitário de cada uma das Debêntures será atualizado pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA"), divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ("IBGE"), a partir da Data de Emissão das Debêntures, calculada *pro rata temporis* por Dias Úteis até o cálculo ou amortização das Debêntures ("Atualização Monetária"), sendo o produto da Atualização Monetária incorporado ao Valor Nominal Unitário das Debêntures automaticamente, de acordo com a fórmula constante da Cláusula 6.13 da Escritura.

(k) *Remuneração:* As Debêntures farão jus a juros remuneratórios ("Remuneração") a serem pagos juntamente com cada parcela de amortização programada ou antecipada, conforme previsto na Cláusula 6.15 da Escritura. As Debêntures renderão juros calculados *pro rata temporis*, correspondentes à multiplicação em forma fatorial (i) do *coupon* das Notas do Tesouro Nacional – Série B (NTN-B) com vencimento em 15 de agosto de 2016, a serem apuradas no Dia Útil anterior à data do procedimento de coleta de intenções de investimento organizado pelo Coordenador Líder ("Procedimento de Bookbuilding"), conforme taxas indicativas divulgadas pela ANBIMA; e (ii) do spread máximo de 5% (cinco por cento) ao ano, base 252 Dias Úteis, a ser definido de acordo com o Procedimento de *Bookbuilding* incidentes sobre o Valor Nominal Atualizado, a partir da Data de Emissão das Debêntures, calculados em regime de capitalização composta de forma *pro rata temporis* por Dias Úteis, conforme previsto na Cláusula 6.14 da Escritura.

(l) *Pagamento do Valor Nominal Unitário e da Remuneração:* o Valor Nominal Unitário será atualizado pela Atualização Monetária e pela Remuneração, calculadas na forma prevista na Escritura desde a Data de Emissão até a respectiva data de amortização indicada no Anexo II à Escritura.

(m) *Garantia:* As Debêntures terão como garantia real ("Garantia") a cessão fiduciária dos Direitos de Crédito Autônomos e todos os recursos, direitos de crédito e acessórios relacionados aos Direitos de Crédito Autônomos, de titularidade da Emissora, presentes e futuros, conforme descritos abaixo ("Créditos Cedidos Fiduciariamente"), constituída por meio da assinatura do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, Vinculação de Receita e Outras Avenças da PBH ATIVOS S.A. a ser firmado entre a Emissora, o Município e o Agente Fiduciário, tendo a SMF e a PGM atuado como intervenientes anuentes ("Contrato de Cessão Fiduciária"). Nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária e do Contrato de Custódia de Recursos Financeiros e de Administração de Contas Vinculadas a ser firmado entre a Emissora, o Município, o Agente Fiduciário, o Banco do Brasil S.A. ("Banco Centralizador") e o Coordenador Líder, e, como intervenientes anuentes, a SMF, a PGM e a PRODABEL, os recursos originados em decorrência dos Créditos Cedidos fiduciariamente circularão

Handwritten signatures and a circular stamp. The stamp contains the text "PÚBLICA" and "PROCURADORIA" and is partially obscured by the signatures.

por determinadas contas correntes de titularidade da Emissora ou do Município, conforme o caso, vinculadas ao cumprimento das obrigações relativas às Debêntures ("Contas Vinculadas"). Os Créditos Cedidos Fiduciariamente em questão são os seguintes:

- (i) os Direitos de Crédito Autônomos;
- (ii) os direitos detidos pela Emissora, emergentes do Contrato de Cessão Onerosa, incluindo, mas não se limitando, ao direito de indenização; e
- (iii) todos os recursos, direitos de crédito e acessórios relacionados aos Direitos de Crédito Autônomos, já desconsiderando os Recursos Excluídos, conforme definido na Escritura, depositados ou a serem depositados e mantidos, nas Contas Vinculadas, conforme definidas na Escritura (os quais deverão ser aplicados pelo Banco Centralizador na noite do Dia Útil de seu depósito no Investimento Permitido, conforme definido na Escritura, cujos títulos, cotas e rendimentos correspondentes também farão parte dos Créditos Cedidos Fiduciariamente), conforme definidas abaixo, bem como todos os direitos sobre as Contas Vinculadas (conforme definido na Escritura), conforme descritas e caracterizadas nos termos dos Contratos de Garantia (conforme definido na Escritura).

(m) *Resgate Antecipado Facultativo*: Não haverá a possibilidade de resgate antecipado facultativo.

(n) *Encargos Moratórios*: sem prejuízo das hipóteses de vencimento antecipado previstas na Escritura, ocorrendo atraso imputável à Emissora no pagamento de qualquer quantia devida aos titulares das Debêntures, os débitos em atraso, independentemente de qualquer aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, ficarão sujeitos à multa moratória, não compensatória, de 2% (dois por cento) e juros de mora *pro rata temporis* de 1% (um por cento) ao mês, ambos incidentes sobre os valores em atraso devidamente acrescidos da Remuneração e Atualização Monetária desde a data de inadimplemento até a data do seu efetivo pagamento.

2.2. As demais características e condições das Debêntures estão descritas na Escritura.

### CLÁUSULA III CONDIÇÕES PRECEDENTES

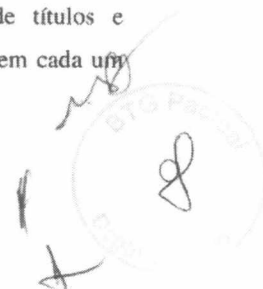
3.1. O cumprimento, por parte do Coordenador Líder, das obrigações assumidas no presente Contrato de Colocação está condicionado, de forma indicativa e não exaustiva, ao atendimento das seguintes condições:

- (a) concessão, pela CVM, da anuência prévia para emissão das Debêntures Subordinadas, nos termos da Resolução 2.391/97, e a posterior subscrição e integralização das

Handwritten signatures and a circular stamp. The stamp is partially legible and appears to be an official seal or registration mark.

Debêntures Subordinadas pelo Município;

- (b) manutenção de toda a estrutura de contratos e demais acordos existentes e relevantes, os quais dão à Emissora, condição fundamental de funcionamento;
- (c) obtenção, pela Emissora de todas e quaisquer aprovações societárias, governamentais e/ou regulamentares que se fizerem necessárias à realização, efetivação, formalização, liquidação, boa ordem e transparência de todos e quaisquer negócios jurídicos relativos à Oferta;
- (d) obtenção do registro das Debêntures para distribuição no mercado primário no DDA e negociação no mercado secundário no SOMAFIX, ambos administrados e operacionalizados pela BM&FBOVESPA;
- (e) conclusão da auditoria jurídica (*due diligence*) da Emissora, em termos satisfatórios, a exclusivo critério do Coordenador Líder, conforme padrão usualmente utilizado em operações deste tipo, bem como recebimento, pelo Coordenador Líder, de opinião legal emitida pelos assessores legais em conclusão aos procedimentos de *due diligence*, com até 1 (um) dia útil de antecedência da Data de Liquidação (conforme abaixo definido);
- (f) preparação, aprovação e formalização de toda a documentação necessária à Emissão, em forma e substância satisfatórias ao Coordenador Líder e à Companhia, incluindo, sem limitação, o Contrato de Cessão Onerosa, a escritura de emissão das Debêntures Subordinadas, os boletins de Subscrição das Debêntures Subordinadas, o termo de cessão dos Direitos de Crédito Autônomos, a Escritura, o Contrato de Cessão Fiduciária, o Contrato de Administração de Contas, o Termo de Convênio a ser firmado entre o Município e a Emissora, e os demais instrumentos da operação ("Documentação da Operação");
- (g) registro das atas da AGE e da RCA na JUCEMG, além da realização das publicações correspondentes nos Jornais de Publicação, além da assinatura da ata da RCF;
- (h) registro dos Documentos da Operação nos cartórios de registro de títulos e documentos competentes, conforme aplicável e indicado expressamente em cada um dos Documentos da Operação;



- (i) contratação e remuneração em dia pela Emissora dos prestadores de serviços, a serem definidos de comum acordo entre as Partes, quando aplicável e nos termos dos instrumentos firmados com cada um deles;
- (j) fornecimento, pela Emissora, em tempo hábil, ao Coordenador Líder, de todas as informações verdadeiras, consistentes, corretas, completas e necessárias para atender aos requisitos da Emissão. Qualquer alteração ou incorreção verificada nas informações fornecidas deverá ser analisada pelo Coordenador Líder, em conjunto com a Emissora, visando decidir, conjuntamente, e observada a relevância da referida alteração ou incorreção, sobre a continuidade da Emissão. A Emissora é responsável pela suficiência, correção, completude e veracidade das informações fornecidas, obrigando-se a indenizar o Coordenador Líder por eventuais prejuízos que comprovadamente tenham sido causados em decorrência de prestação de informações com imprecisões, inveracidades, incorreções ou omissões;
- (k) cumprimento, pela Emissora, de todas as obrigações exigidas pela Instrução CVM 476 e demais leis e regulamentações aplicáveis para a realização da Oferta, incluindo a obrigação de não se manifestar na mídia a respeito da Emissão;
- (l) cumprimento, pela Emissora, de todas as suas obrigações previstas na Documentação da Operação, inclusive aquelas estabelecidas na Cláusula VI abaixo;
- (m) acordo entre a Emissora e o Coordenador Líder, nos limites da Instrução CVM 476 e da legislação em vigor, para divulgar os termos e condições da Emissão para potenciais investidores interessados em adquirir as Debêntures no âmbito da Emissão, sempre mediante atendimento à legislação e regulamentação aplicável e às práticas de mercado e às limitações previstas na Instrução CVM 476;
- (n) obtenção, pelo Coordenador Líder, de declaração da Emissora atestando que, na data de início da distribuição pública das Debêntures, todas as informações por ela prestadas e constantes dos documentos relativos à Oferta são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes;
- (o) não ocorrência de (a) liquidação, dissolução ou decretação de falência da Emissora

A handwritten signature is written over a circular stamp. The stamp contains the text "CARTÃO PAGO" at the top and "10/10/2014" at the bottom. The signature appears to be "M. Pacheco".



e/ou de empresas controladas ou coligadas da Emissora (diretas ou indiretas), sociedades sob controle comum, incluindo, mas não se limitando a, pessoas direta ou indiretamente relacionadas a qualquer das pessoas acima mencionadas ("Grupo Econômico"); (b) pedido de autofalência da Emissora e/ou de qualquer sociedade do Grupo Econômico; (c) pedido de falência formulado por terceiros em face da Emissora e/ou de qualquer sociedade do Grupo Econômico e não devidamente elidido no prazo legal; (d) propositura, pela Emissora e/ou por qualquer sociedade do Grupo Econômico, de plano de recuperação extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial do referido plano; ou (e) ingresso pela Emissora e/ou por qualquer sociedade do Grupo Econômico, em juízo, com requerimento de recuperação judicial, independentemente de deferimento do processamento da recuperação ou de sua concessão pelo juiz competente;

- (p) não ocorrência de alteração adversa nas condições econômicas, financeiras e/ou operacionais da Emissora e/ou de qualquer sociedade do Grupo Econômico, a exclusivo critério do Coordenador Líder;
- (q) manutenção do setor de atuação da Emissora ou não ocorrência de possíveis alterações no referido setor por parte das autoridades governamentais que afetem ou indiquem que poderão vir a afetar, relevante e negativamente, o preço de mercado das Debêntures, que tornem impossível ou razoavelmente inapropriado a qualquer das Partes o cumprimento das obrigações assumidas no âmbito das Debêntures;
- (r) não ocorrência de qualquer mudança adversa nos mercados financeiro e/ou de capitais local ou internacional que alterem a razoabilidade econômica da Emissão e tornem inviável ou razoavelmente inapropriado a qualquer das Partes o cumprimento das obrigações previstas no âmbito das Debêntures, a exclusivo critério do Coordenador Líder;
- (s) veracidade e correção, na data de assinatura deste Contrato e na data de integralização das Debêntures, de todas as declarações prestadas pela Emissora nos termos da Documentação da Operação;
- (t) obtenção, pelo Coordenador Líder, de aprovações pelas suas áreas internas responsáveis pela análise e aprovação a Emissão e da Oferta, tais como, mas limitado a crédito, jurídico, contabilidade, risco e *compliance*, além de regras internas da

Handwritten signatures and a circular stamp. The stamp contains the text "SIG PÁGINA" and "11". There are two distinct handwritten signatures, one above the other, over the stamp.

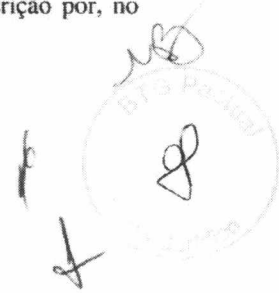
organização;

- (u) inexistência de impropriedades nos documentos apresentados pela Companhia que possam, a exclusivo critério do Coordenador Líder, prejudicar a regularidade da Emissão e/ou da Oferta e/ou na Documentação da Operação;
- (v) obtenção de rating AA ou superior para a Emissão, a ser concedida pela Fitch Ratings;
- (w) rigoroso cumprimento, pela Companhia, da legislação ambiental e trabalhista em vigor, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias, destinadas a evitar e corrigir eventuais danos ao meio ambiente e a seus trabalhadores decorrentes das atividades descritas em seu objeto social, obrigando-se a Companhia a proceder a todas as diligências exigidas pelas suas atividades econômicas, preservando o meio ambiente e atendendo às determinações dos órgãos que venham a legislar ou regulamentar as normas ambientais em vigor; e
- (x) não ocorrência de alterações substanciais na política monetária do Governo Federal que, a exclusivo critério do Coordenador Líder, impactem diretamente o setor de atuação da Companhia e que, de qualquer modo, alterem de forma adversa e relevante a situação financeira da Companhia e/ou de suas controladas.

3.1.1. Na hipótese do não atendimento de uma ou mais Condições Precedentes, a Emissão não será efetivada e não produzirá efeitos com relação a qualquer das Partes, exceto pela obrigação da Emissora de pagar ao Coordenador Líder o valor correspondente à totalidade do Comissionamento descrito no presente Contrato, nos termos da Cláusula XIV abaixo e reembolsar o Coordenador Líder por todas as despesas razoáveis e comprovadas incorridas com relação à Emissão no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da data de envio de correspondência nesse sentido.

#### **CLÁUSULA IV** **PLANO DE DISTRIBUIÇÃO**

4.1. O plano de distribuição das Debêntures seguirá o procedimento descrito na Instrução CVM 476 e os termos descritos abaixo ("Plano de Distribuição"). Para tanto, o Coordenador Líder poderá acessar, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Qualificados, sendo possível a subscrição por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados.



4.1.1. Nos termos da Instrução CVM 476 e para fins da Oferta, serão considerados “Investidores Qualificados” aqueles investidores referidos no artigo 109 da Instrução da CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada (“Instrução CVM 409”), observado que: (a) todos os fundos de investimento serão considerados investidores qualificados, ainda que se destinem a investidores não qualificados; e (b) as pessoas naturais e jurídicas mencionadas no inciso IV do artigo 109 da Instrução CVM 409 obrigatoriamente subscreverão e integralizarão, no âmbito da Oferta, Debêntures no montante mínimo de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).

4.1.2. Os fundos de investimento cujas decisões de investimento sejam tomadas pelo mesmo gestor serão considerados como um único investidor para os fins dos limites previstos na Cláusula 4.1 acima.

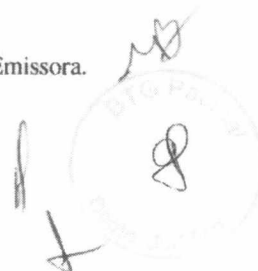
4.2. As Partes comprometem-se a não realizar a busca de investidores por meio de lojas, escritórios ou estabelecimentos abertos ao público, ou com a utilização de serviços públicos de comunicação, como a imprensa, o rádio, a televisão e páginas abertas ao público na rede mundial de computadores, nos termos da Instrução CVM 476.

4.3. A Emissora obriga-se a: (a) não contatar ou fornecer informações acerca da Oferta a qualquer investidor, exceto se previamente acordado com o Coordenador Líder; e (b) informar ao Coordenador Líder, até o dia útil imediatamente subsequente, a ocorrência de contato que receba de potenciais investidores que venham a manifestar seu interesse na Oferta, comprometendo-se desde já a não tomar qualquer providência em relação aos referidos potenciais investidores neste período.

4.4. O Coordenador Líder, com expressa e prévia anuência da Emissora, organizará o plano de distribuição nos termos da Instrução CVM 476, tendo como público alvo Investidores Qualificados apenas, observado ainda o disposto no artigo 4º da Instrução CVM 476. Será adotado o procedimento de coleta de intenções de investimento, organizado pelo Coordenador Líder, sem recebimento de reservas, sem lotes mínimos ou máximos, para a definição, com a Companhia, observado o disposto no artigo 3º da Instrução CVM 476, da Remuneração, observado o limite constante da Cláusula 2.1 (k) acima.

4.5. Não será concedido qualquer tipo de desconto pelo Coordenador Líder aos Investidores Qualificados interessados em adquirir as Debêntures.

4.6. Não haverá preferência para subscrição das Debêntures pelos atuais acionistas da Emissora.

A handwritten signature is written over a circular stamp. The stamp contains the text "DTG Pádua" and a stylized logo. The signature appears to be "Pádua" or similar.

4.7. No ato de subscrição e integralização das Debêntures, cada Investidor Qualificado assinará declaração atestando que efetuou sua própria análise com relação à capacidade de pagamento da Emissora e atestando estar ciente de que: (i) a Oferta não foi registrada perante a CVM; e (ii) as Debêntures estão sujeitas a restrições de negociação previstas na regulamentação aplicável e na Escritura, devendo, ainda, por meio de tal declaração, manifestar sua concordância expressa a todos os termos e condições da Escritura.

4.8. A Emissora não poderá realizar outra oferta pública da mesma espécie de valores mobiliários dentro do prazo de 4 (quatro) meses contados da data do encerramento da presente Emissão, a menos que a nova oferta seja submetida a registro na CVM.

#### **CLÁUSULA V**

##### **REGIME, FORMA E CONDIÇÕES DE COLOCAÇÃO DAS DEBÊNTURES**

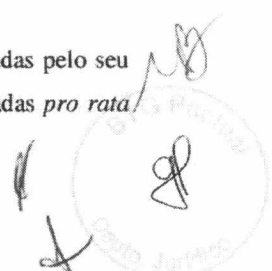
5.1. Observadas as condições previstas neste Contrato e na regulamentação aplicável, e no prazo máximo de 90 (noventa) dias contados do atendimento das Condições Precedentes, o Coordenador Líder realizará a distribuição pública, com esforços restritos de colocação, de até 2.300 (dois mil e trezentos) Debêntures, sob o regime de garantia firme de colocação da totalidade das Debêntures, pelo Preço de Subscrição (conforme abaixo definido).

5.2. A prestação de garantia firme pelo Coordenador Líder somente será exercida na hipótese de não haver demanda de mercado pela totalidade das Debêntures, caso em que o Coordenador Líder deverá subscrever e integralizar as Debêntures que porventura não forem colocadas para Investidores Qualificados, observado o disposto na Cláusula 5.4 abaixo.

5.3. As condições para a prestação da garantia firme poderão ser revistas, nos termos da Cláusula XVI abaixo, que estipula as condições de *Market Flex* (conforme definido abaixo).

5.4. O prazo de colocação e distribuição pública das Debêntures será de até 5 (cinco) dias úteis contados a partir da data do registro das Debêntures no DDA ("Prazo de Colocação"), observado que o prazo para o exercício da garantia firme pelo Coordenador Líder está limitado a 26 de junho de 2014, podendo tal prazo ser prorrogado a exclusivo critério do Coordenador Líder, mediante comunicação prévia por escrito pelo Coordenador Líder à Emissora.

5.5. Durante todo o Prazo de Colocação, as Debêntures serão subscritas e integralizadas pelo seu Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração e da Atualização Monetária, calculadas *pro rata*.



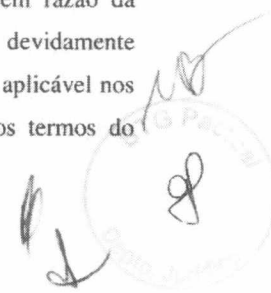
*temporis*, de acordo com as normas de liquidação aplicáveis da BM&FBOVESPA (“Preço de Subscrição”).

## **CLÁUSULA VI**

### **OBRIGAÇÕES**

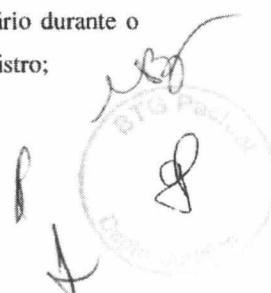
6.1. Além das obrigações previstas neste Contrato e na legislação e regulamentação aplicável, a Emissora obriga-se a, durante a vigência das Debêntures:

- (a) participar ativamente, em conjunto com o Coordenador Líder e com os assessores jurídicos da Oferta, na elaboração de todo e qualquer documento necessário à distribuição das Debêntures, nos termos da Instrução CVM 476 e demais normativos aplicáveis;
- (b) contratar e manter contratados os prestadores de serviços necessários ao cumprimento das obrigações previstas nas Debêntures, incluindo o Escriturador, o Banco Liquidante e os sistemas de distribuição e negociação das Debêntures por meio do DDA e do SOMAFIX, sendo certo que o Coordenador Líder não assumirá qualquer responsabilidade pelo trabalho de tais prestadores de serviço;
- (c) efetuar o pagamento ao Coordenador Líder das comissões devidas pela execução dos serviços previstos no presente Contrato e nos termos do Contrato de Prestação de Serviços firmado entre o Coordenador Líder e a Emissora (processo administrativo nº 01.009558/13-48);
- (d) apresentar nos prazos legais ao público as decisões tomadas pela Emissora com relação a seus resultados operacionais, atividades comerciais e quaisquer outros fatos considerados relevantes nos termos da regulamentação expedida pela CVM;
- (e) não distribuir, publicar ou elaborar qualquer material publicitário com relação à Oferta;
- (f) reembolsar o Coordenador Líder das Despesas por estes incorridas em razão da prestação dos serviços objeto deste Contrato, desde que razoáveis e devidamente comprovadas, observado o disposto na Cláusula 7.4 abaixo, e conforme aplicável nos termos dos instrumentos firmados com cada prestador de serviço, nos termos do

A handwritten signature is written over a circular stamp. The stamp contains the text "SOMAFIX" and "Banco Liquidante" around a central logo. There are also some illegible handwritten notes within the stamp.

Contrato de Prestação de Serviços firmado entre o Coordenador Líder e a Emissora (processo administrativo nº 01.009558/13-48);

- (g) até o encerramento da Oferta, comunicar imediatamente ao Coordenador Líder qualquer fato relevante que possa vir a afetar a decisão, por parte dos Investidores Qualificados, de subscrição das Debêntures, bem como qualquer alteração relevante em sua condição financeira, societária e/ou operacional que possa afetar a decisão, por parte de Investidores Qualificados, de adquirir as Debêntures, eximindo o Coordenador Líder de qualquer responsabilidade pelo não cumprimento do aqui previsto;
- (h) abster-se de se manifestar na mídia sobre a Oferta ou a Companhia, exceto pelas informações legalmente exigidas, nos termos do artigo 48, inciso IV, da Instrução CVM 400;
- (i) não divulgar ao público informações referentes à Emissora, à Emissão e/ou às Debêntures, em desacordo com o disposto na regulamentação aplicável, incluindo, mas não se limitando, ao disposto na Instrução CVM 476 e no artigo 48 da Instrução CVM 400, com exceção do disposto no inciso III;
- (j) abster-se de negociar valores mobiliários de sua emissão, até o envio da comunicação de encerramento da Oferta ("Comunicação de Encerramento"), salvo nas hipóteses previstas no inciso II do artigo 48 da Instrução CVM 400, observadas as disposições previstas na regulamentação aplicável;
- (k) não revelar informações relativas à Emissão, exceto aquilo que for necessário à consecução de seus objetivos, advertindo os destinatários sobre o caráter reservado da informação transmitida em desacordo com o disposto na regulamentação aplicável, incluindo, mas não se limitando a, o disposto na Instrução CVM 476 e no artigo 48 da Instrução CVM 400, bem como abster-se, até o envio da Comunicação de Encerramento à CVM, utilizar as informações referentes à Emissão, exceto para fins estritamente relacionados com a preparação da Emissão;
- (l) manter as Debêntures registradas para negociação no mercado secundário durante o prazo de vigência das Debêntures, arcando com os custos do referido registro;

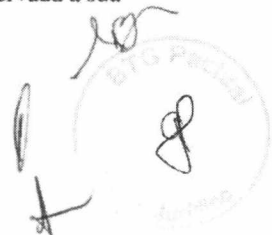


- (m) guardar, por 5 (cinco) anos contados da data do envio da Comunicação de Encerramento à CVM, todos os documentos e informações utilizados para preenchimento e elaboração dos documentos da Emissão, bem como disponibilizá-los ao Coordenador Líder em um prazo de até 5 (cinco) dias, após solicitação por escrito, ou no menor prazo possível, conforme exigência legal;
- (n) declarar, garantir e responder pela veracidade, consistência, qualidade, precisão, completude e suficiência de todas as informações por ela prestadas ao mercado durante a Oferta e, caso as informações se tornem inverídicas, inconsistentes, sem qualidade, imprecisas, incompletas e insuficientes, durante a vigência deste Contrato, notificar imediatamente e por escrito tal fato ao Coordenador Líder;
- (o) cumprir todos os requisitos e obrigações estabelecidos no presente Contrato e na regulamentação em vigor pertinente à matéria, em especial as seguintes obrigações, previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476:
  - (i) preparar as demonstrações financeiras de encerramento de exercício da Emissora, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com a regulamentação da CVM;
  - (ii) submeter as demonstrações financeiras da Emissora a auditoria, por auditor registrado na CVM;
  - (iii) divulgar, durante o prazo de vigência das Debêntures, as demonstrações financeiras da Emissora, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, dentro de 3 (três) meses contados do encerramento do exercício social;
  - (iv) manter os documentos mencionados no item (iii) acima na página da Emissora na rede mundial de computadores, por um prazo de 3 (três) anos;
  - (v) observar as disposições da Instrução da CVM 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Instrução CVM 358"), no que se refere a dever de sigilo e vedações à negociação;



A handwritten signature is written over a circular stamp. The stamp contains the text "GTG Páris" and "Dep. J. 11/10/2014".

- (vi) divulgar na página na rede mundial de computadores da Emissora a ocorrência de fato relevante, conforme definido pelo artigo 2º da Instrução CVM 358, comunicando imediatamente o Coordenador Líder e o Agente Fiduciário; e
- (vii) fornecer as informações solicitadas pela CVM e pela BM&FBOVESPA;
- (p) avaliar, em conjunto com o Coordenador Líder, a viabilidade da Oferta e suas condições;
- (q) indenizar, na forma da Cláusula X deste Contrato, o Coordenador Líder por eventuais prejuízos decorrentes de informações inverídicas, insuficientes, incorretas ou inconsistentes disponibilizadas pela Emissora, nos termos presentes na Cláusula X abaixo;
- (r) manter válidas e regulares as licenças, concessões ou aprovações necessárias, inclusive ambientais, ao seu regular funcionamento, exceto no que se referir a licenças, concessões ou aprovações cuja perda, revogação ou cancelamento não resultem em impacto adverso relevante para suas atividades, ou para sua capacidade em honrar tempestivamente as obrigações pecuniárias relativas às Debêntures;
- (s) não transferir ou por qualquer forma ceder, ou prometer ceder, a terceiros os direitos e obrigações que respectivamente adquiriu e assumiu no presente Contrato e no âmbito das Debêntures, sem a prévia anuência do Coordenador Líder e da totalidade dos detentores das Debêntures em Circulação, conforme aplicável;
- (t) comunicar em até 1 (um) dia útil aos titulares das Debêntures em Circulação e ao Agente Fiduciário a ocorrência de qualquer Evento de Inadimplemento, de um Evento de Avaliação, ou de qualquer inadimplemento quanto ao cumprimento de qualquer de suas obrigações referentes às Debêntures e, ainda, de qualquer fato que seja do seu conhecimento e possa vir a afetar negativamente e de forma relevante seu desempenho financeiro e/ou operacional, atividades comerciais e/ou quaisquer outros fatos considerados relevantes, nos termos da regulamentação expedida pela CVM;
- (u) atender de forma eficiente às solicitações dos titulares das Debêntures, observada a sua razoabilidade;

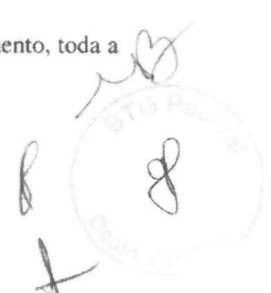
A handwritten signature is written over a circular stamp. The stamp contains the text "ETC Participações" and "Assinado" (Signed). The signature appears to be "L. J. J."



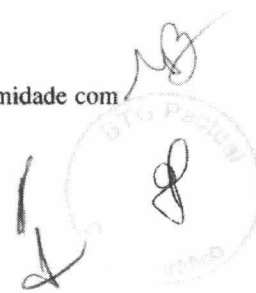
- (v) não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
- (w) manter seus bens essenciais para o desempenho de seu objeto social adequadamente segurados por companhias de seguro de primeira linha, conforme práticas usualmente adotadas pela Emissora; e
- (x) exceto com relação àqueles pagamentos questionados na esfera judicial ou administrativa, manter em dia o pagamento de todos os tributos devidos às Fazendas Federal, Estadual ou Municipal cujo não pagamento resulte em impacto adverso relevante para suas atividades, ou para sua capacidade em honrar tempestivamente as obrigações pecuniárias relativas às Debêntures.

6.2. Além das obrigações previstas neste Contrato, no artigo 11 da Instrução CVM 476 e na legislação e regulamentação aplicáveis, o Coordenador Líder obriga-se a:

- (a) divulgar eventuais conflitos de interesse aos Investidores Qualificados;
- (b) certificar-se de que os Investidores Qualificados têm conhecimento e experiência em finanças e negócios suficientes para avaliar a qualidade e os riscos das Debêntures;
- (c) certificar-se de que o investimento nas Debêntures é adequado ao nível de sofisticação e ao perfil de risco dos Investidores Qualificados;
- (d) obter dos Investidores Qualificados a Declaração de Investidor Qualificado;
- (e) suspender a Oferta na ocorrência de qualquer fato ou irregularidade que seja materialmente relevante para justificar a suspensão ou o cancelamento da Oferta, e comunicar imediatamente a ocorrência do fato ou irregularidade à CVM;
- (f) comunicar à CVM o encerramento da Oferta, por meio da Comunicação de Encerramento, nos termos da Instrução CVM 476;
- (g) guardar por 5 (cinco) anos contados da data de Comunicação de Encerramento, toda a documentação relativa à Oferta;

A handwritten signature is written over a circular stamp. The stamp contains the text "STG Perito" and a date "20/08/2014".

- (h) avaliar, em conjunto com a Emissora, a viabilidade da Oferta e suas condições, bem como assessorá-la em todas as etapas da Oferta;
- (i) participar ativamente, em conjunto com a Emissora, da elaboração, às expensas da Emissora, dos documentos da Oferta;
- (j) receber e processar todos os pedidos de subscrição e integralização das Debêntures no âmbito da Emissão, observado o Plano de Distribuição;
- (k) até que a Oferta seja divulgada ao mercado limitar (a) a revelação de informações relativas à Oferta ao que for necessário à consecução de seus objetivos, advertindo os destinatários sobre o caráter reservado da informação transmitida; e (b) a utilização de informação reservada estritamente aos fins relacionados com a preparação da Oferta, nos termos do inciso I do artigo 48 da Instrução CVM 400;
- (l) abster-se de negociar, até a Comunicação de Encerramento da Oferta à CVM, com valores mobiliários de emissão da Emissora, salvo nas hipóteses previstas no inciso II do artigo 48 da Instrução CVM 400, no que for aplicável, ou no (b) caso de dispensa concedida pela CVM;
- (m) abster-se de se manifestar na mídia sobre a Oferta ou a Emissora até a Comunicação de Encerramento da Oferta à CVM, nos termos do inciso IV do artigo 48 da Instrução CVM 400;
- (n) a partir do momento em que a Oferta se torne pública, ao divulgar informações relacionadas à Emissora ou à Oferta, (a) observar os princípios relativos à qualidade, transparência e igualdade de acesso à informação; e (b) esclarecer as suas ligações com a Emissora ou o seu interesse na Oferta, nas suas manifestações em assuntos que envolvam a Oferta, a Emissora e/ou as Debêntures nos termos do inciso V do artigo 48 da Instrução CVM 400;
- (o) prestar esclarecimentos e informações aos Investidores Qualificados a respeito das Debêntures e da Oferta;
- (p) divulgar a Oferta perante o público investidor no Brasil em estrita conformidade com a legislação aplicável, em especial aos termos da Instrução CVM 476;

A handwritten signature in black ink is written over a circular stamp. The stamp contains the text "BFG Pacisw" around the perimeter and a stylized logo in the center. The signature appears to be "BFG Pacisw" or similar.

- (q) efetuar o repasse à Emissora, na Data de Liquidação do Preço de Subscrição de cada uma das Debêntures colocadas por meio da Oferta; e
- (r) cumprir a obrigação relativa à garantia firme, nos termos da Cláusula IV acima.

## CLÁUSULA VII COMISSIONAMENTO

7.1. Pela execução dos serviços descritos neste Contrato, o Coordenador Líder fará jus à seguinte remuneração ("Comissionamento"):

- (i) Comissão de Estruturação e Distribuição: a esse título, a Emissora pagará ao Coordenador Líder, na Data de Liquidação, uma comissão no montante de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais); e
- (ii) Comissão de Sucesso: 50% (cinquenta por cento) da economia gerada pela diferença entre a taxa limite da Remuneração, considerando-se uma sobretaxa de 5% (cinco por cento) ao ano, e a taxa efetiva da Remuneração, considerando-se a sobretaxa definida após a realização do Procedimento de *Bookbuilding* ("Diferença de Spread"). A comissão de sucesso será incidente sobre o montante total das Debêntures emitidas, com base no Preço de Integralização, e será calculada pela multiplicação de 50% (cinquenta por cento) pelo valor presente (utilizando-se a taxa efetiva de colocação das Debêntures) da Diferença de *Spread* das Debêntures.

7.1.1. O Coordenador Líder emitirá recibo para a Emissora, dando quitação das importâncias recebidas a título de Comissionamento, na data do seu efetivo recebimento. A Emissora também firmará recibo em favor do Coordenador Líder dando quitação das importâncias recebidas com a colocação das Debêntures no âmbito da Oferta. Alternativamente, as Partes, desde já, concordam que o comprovante de depósito ou TED mencionado na Cláusula 8.3 abaixo servirão como prova suficiente para fins da quitação das obrigações do Coordenador Líder com relação ao recebimento, pela Emissora, dos recursos decorrentes da colocação das Debêntures.

A handwritten signature is written over a circular stamp. The stamp contains the text "OTOP" and "8" in the center, with some illegible text around the perimeter.

7.2. A Companhia é responsável por todos os pagamentos ao Coordenador Líder resultantes da Emissão e realizados a título de Comissionamento, os quais deverão ser feitos ao Coordenador Líder à vista e em moeda corrente nacional, na Data de Liquidação ou na data de rescisão voluntária do presente Contrato nos termos da Cláusula XIV abaixo, conforme o caso, não sendo restituíveis, parcial ou totalmente, em qualquer hipótese, inclusive na ocorrência de um Evento de Inadimplemento.

7.3. Todos os tributos, incluindo impostos, contribuições e taxas que incidam ou venham a incidir sobre os pagamentos feitos pela Emissora ao Coordenador Líder no âmbito da Oferta ("Tributos") serão integralmente suportados pelo Coordenador Líder, nos termos do Contrato de Prestação de Serviços.

7.4. A Emissora obriga-se a arcar diretamente e exclusivamente com todas as despesas e, se incorridas pelo Coordenador Líder, reembolsar o Coordenador Líder por todas as despesas relacionadas às Debêntures e à Oferta (recorrentes ou não) e que não estejam incluídas na alínea (i), item I, da Cláusula 8.1 do Contrato de Prestação de Serviços e que sejam relacionadas, direta ou indiretamente, à Oferta, nos termos dos instrumentos firmados com cada prestador de serviços (em conjunto, "Despesas").

7.4.1. A Emissora obriga-se a, em até 5 (cinco) dias úteis a contar do recebimento da respectiva solicitação, reembolsar o Coordenador Líder por quaisquer Despesas que o Coordenador Líder venha a incorrer.

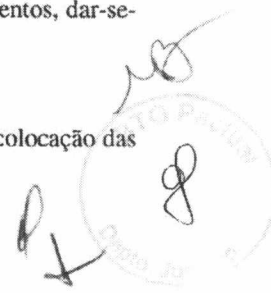
7.4.2. Todos os pagamentos e/ou reembolso de Despesas ao Coordenador Líder, respeitada a forma aqui prevista, deverão ser feitos em moeda corrente com recursos imediatamente disponíveis.

7.4.3. As disposições previstas nas Cláusulas 7.4 e 7.4.1 acima deverão permanecer em vigor, sendo existentes, válidas e eficazes, mesmo após o decurso do prazo deste Contrato ou sua rescisão, no que diz respeito, exclusivamente, ao reembolso das Despesas na forma aqui prevista.

## CLÁUSULA VIII LIQUIDAÇÃO

8.1. A liquidação financeira da Oferta, com a respectiva prestação de contas e pagamentos, dar-se-á na data de subscrição das Debêntures ("Data de Liquidação").

8.2. A transferência à Emissora dos recursos obtidos pelo Coordenador Líder com a colocação das

A handwritten signature is written over a circular stamp. The stamp contains the text "CNPJ" and "02.010.123/0001-90" around a central logo.

Debêntures no âmbito da Oferta ocorrerá na Data de Liquidação, por meio de depósito ou Transferência Eletrônica Disponível - TED, ou outros mecanismos de transferência equivalentes, ou ainda por qualquer outra forma definida entre o Coordenador Líder e a Emissora, em relação ao valor por eles obtido com a distribuição das Debêntures na conta corrente de titularidade da Emissora mantida no Banco do Brasil, agência 1615-2, conta corrente 14932-2.

8.3. A Emissora pagará ao Coordenador Líder, na Data de Liquidação, o Comissionamento devido nos termos da Cláusula 7.1 acima mediante crédito por meio de depósito ou Transferência Eletrônica Disponível - TED ou outros mecanismos de transferência equivalentes, na conta a ser informada pelo Coordenador Líder, observados os termos deste Contrato.

#### **CLÁUSULA IX PODERES DE REPRESENTAÇÃO**

9.1. A fim de possibilitar o cumprimento das atribuições decorrentes deste Contrato, fica o Coordenador Líder, por este Contrato de Colocação, constituído pela Emissora como seu bastante procurador, investido de poderes específicos para dar quitação na subscrição das Debêntures, após a devida compensação bancária, em cujo processamento venha a realizar, sendo a presente procuração outorgada de maneira irrevogável e irretratável, na forma do artigo 684 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada (Código Civil). A procuração ora outorgada vigorará até a data de realização da Comunicação de Encerramento à CVM ou a data de rescisão deste Contrato, o que ocorrer primeiro, sendo vedado seu substabelecimento.

#### **CLÁUSULA X INDENIZAÇÃO**

10.1. Em nenhuma circunstância o Coordenador Líder ou quaisquer de seus respectivos profissionais será responsável por indenizar a Emissora ou qualquer de suas controladas, coligadas, controladoras ou sociedades sob controle comum ("Afiladas") ou quaisquer de seus respectivos administradores, executivos ou contratados ou terceiros direta ou indiretamente envolvidos com os serviços objeto deste Contrato, exceto na hipótese comprovada de dolo do Coordenador Líder, conforme decisão judicial transitada em julgado.

10.2. A Emissora obriga-se, de forma irrevogável e irretratável, a indenizar e resguardar o Coordenador Líder, suas controladas, controladoras, coligadas, sociedades sob controle comum ou os respectivos administradores, empregados e/ou prepostos ("Partes Indenizáveis") por qualquer prejuízo.

Handwritten signatures and a circular stamp, likely a company seal, are located in the bottom right corner of the page.

dano ou perda que venham a sofrer decorrente de ou relacionada com este Contrato e seu objeto, exceto se tiverem sido comprovadamente e diretamente casusados por dolo das Partes Indenizáveis, conforme determinado por decisão judicial transitada em julgado.

10.3. Caso qualquer ação, reclamação, investigação ou outro processo seja instituído ou seja iminente contra qualquer Parte Indenizável em relação a qual indenização possa ser exigida nos termos da presente Cláusula X, a Companhia reembolsará ou pagará o montante total pago ou devido pela Parte Indenizável, conforme o caso, como resultado de qualquer perda, ação, dano e responsabilidade relacionada, tais como custos e honorários advocatícios das Partes Indenizáveis durante o transcorrer do processo judicial, depósitos judiciais e outros desembolsos comprovados, conforme venha a ser solicitado pela Parte Indenizável.

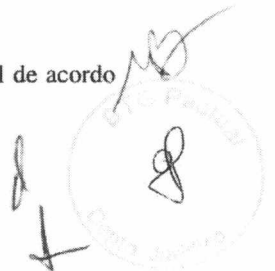
10.4. A Companhia realizará os pagamentos devidos nos termos desta Cláusula X no prazo de 3 (três) dias úteis a contar do recebimento de comunicação nesse sentido enviada pelo Coordenador Líder.

10.5. A presente Cláusula X continuará em pleno vigor, sendo existente, válida e eficaz, mesmo após a resolução, término ou rescisão deste Contrato.

## **CLÁUSULA XI DECLARAÇÕES**

11.1. O Coordenador Líder declara à Emissora que:

- (a) é uma instituição financeira devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade anônima, de acordo com as leis brasileiras;
- (b) está devidamente autorizado a celebrar este Contrato e a cumprir as obrigações ora assumidas, tendo sido plenamente satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários;
- (c) as obrigações estabelecidas neste Contrato não infringem qualquer disposição legal, contratual ou obrigação por ele anteriormente assumida;
- (d) este Contrato constitui uma obrigação legal, válida e vinculante, exequível de acordo com os seus termos e condições; e

A handwritten signature is written over a circular stamp. The stamp contains the text "CITIC Brasil" at the top and "Carta de Crédito" at the bottom. The signature appears to be "M. S. Paulo".

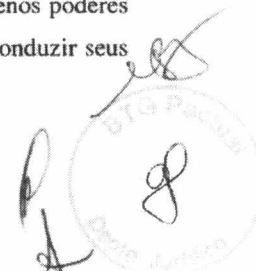
- (e) os representantes legais que assinam este Contrato têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seus nomes, as obrigações estabelecidas e sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor.

11.2. A Emissora declara ao Coordenador Líder que:

- (a) é uma companhia devidamente organizada, constituída e existente de acordo com as leis brasileiras, e está devidamente autorizada a desempenhar as atividades descritas em seu objeto social;
- (b) está devidamente autorizada a celebrar este Contrato e a cumprir com todas as obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (c) os representantes legais que assinam este Contrato têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- (d) a celebração deste Contrato, o cumprimento das obrigações aqui previstas e a colocação das Debêntures não infringem seu Estatuto Social ou qualquer disposição legal, ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral em face da Emissora, contrato ou instrumento do qual a Emissora e/ou quaisquer de suas controladas sejam parte, nem irá resultar em: (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos; (ii) criação de qualquer ônus ou gravame sobre qualquer ativo ou bem da Emissora, exceto por aqueles já existentes na presente data; ou (iii) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;
- (e) este Contrato e as obrigações aqui previstas constituem obrigações legalmente válidas e vinculantes da Emissora, exigíveis de acordo com os seus termos e condições, com força de título executivo extrajudicial nos termos do artigo 585 da Lei n.º 5.869, de 11 de janeiro de 1973, conforme alterada ("Código de Processo Civil");

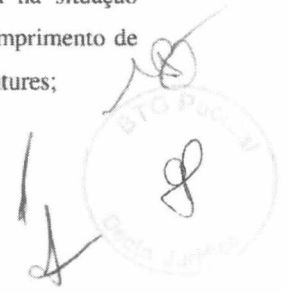
A handwritten signature is written over a circular stamp. The stamp contains the text "B3G Par-101" and a signature. The handwritten signature is in blue ink and appears to be "K L".

- (f) as declarações, informações e fatos contidos nos documentos da Oferta em relação à Emissora são verdadeiros e não são enganosos, incorretos e/ou inverídicos em qualquer aspecto relevante;
- (g) os documentos e informações fornecidos ao Coordenador Líder e aos assessores legais da Oferta durante o procedimento de auditoria legal (*due diligence*) da Emissora são corretos e atualizados até a data em que foram fornecidos e incluem os documentos e informações relevantes para a tomada de decisão de investimento fundamentada sobre as Debêntures, de acordo com a lista de documentos apresentada e demais solicitações de documentos e informações efetuadas pelo Coordenador Líder e/ou pelos assessores legais da Oferta durante o referido procedimento de auditoria legal;
- (h) salvo nos casos em que, de boa fé, esteja discutindo a aplicabilidade da lei, regra ou regulamento nas esferas administrativa ou judicial, ou cujo não cumprimento não resulte em impacto adverso relevante para suas atividades, ou para sua capacidade em honrar tempestivamente as obrigações pecuniárias relativas às Debêntures, está cumprindo todas as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais aplicáveis ao exercício de suas atividades, inclusive ambiental, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias destinadas a evitar ou corrigir eventuais danos ambientais decorrentes do exercício das atividades descritas em seu objeto social;
- (i) exceto pelas obrigações que estão sendo questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial, está em dia com pagamento de todas as obrigações de natureza tributária (em âmbito municipal, estadual e federal), trabalhista, previdenciária, ambiental e de quaisquer outras obrigações impostas por lei;
- (j) não tem conhecimento da existência de qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental que possa vir a causar impacto substancial e adverso à Emissora ou às Debêntures;
- (k) cada uma de suas controladas foi devidamente constituída e é uma sociedade existente de acordo com as respectivas leis de suas respectivas jurisdições, com plenos poderes e autoridade para ser titular, arrendar e operar suas propriedades e para conduzir seus negócios;

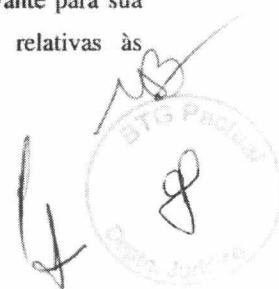




- (l) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação junto a qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório é exigido para o cumprimento pela Emissora de suas obrigações nos termos da deste Contrato e da Escritura, ou para a realização da Emissão, exceto (i) pelo registro das Debêntures junto ao DDA e ao SOMAFIX, as quais estarão em pleno vigor e efeito na Data de Liquidação; e (ii) pelo arquivamento, no registro do comércio, e pela publicação, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, das atas dos atos societários da Emissora que aprovaram a Emissão;
- (m) o balanço patrimonial da Emissora e datado de 30 de junho de 2013, em conjunto com as correspondentes demonstrações de resultado da Emissora apresentam de maneira adequada a situação financeira da Emissora na aludida data e os resultados operacionais da Emissora referentes ao período encerrado em tal data. Tais informações financeiras foram elaboradas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitido pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), que foram aplicados de maneira consistente nos períodos envolvidos, e, desde a data das demonstrações financeiras mais recentes, não houve nenhum impacto adverso relevante na situação financeira e nos resultados operacionais em questão, qualquer operação material relevante envolvendo a Emissora fora do curso normal de seus negócios ou qualquer aumento substancial do endividamento da Emissora;
- (n) a Emissora tem todas as autorizações e licenças relevantes exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades, sendo que, até a presente data, não tem conhecimento de nenhuma notificação acerca da revogação de qualquer delas ou da existência de processo administrativo que tenha por objeto a revogação, suspensão ou cancelamento de qualquer delas, exceto aquelas para as quais a Emissora possua provimento jurisdicional vigente autorizando sua atuação sem as referidas licenças ou nos casos em que tais licenças estejam em processo legal de renovação;
- (o) não omitiu, ou omitirá nenhum fato relevante, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa resultar em alteração substancial adversa na situação econômico-financeira, jurídica ou das atividades da Emissora ou do cumprimento de suas obrigações no âmbito da Oferta, em prejuízo dos titulares das Debêntures;



- (p) tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração do IPCA, a forma de cálculo da Atualização Monetária e a forma de cálculo da Remuneração das Debêntures foi acordada por livre vontade da Emissora;
- (q) a Emissora preparou e entregou todas as declarações de tributos, relatórios e outras informações que, de acordo com o conhecimento da Emissora, devem ser apresentadas ou receberam dilação dos prazos para apresentação. Todas as taxas, impostos e demais tributos e encargos governamentais devidos de qualquer forma pela Emissora, por quaisquer de suas controladas, ou, ainda, impostas a ela ou a quaisquer de seus bens, direitos, propriedades ou ativos, ou relativo aos seus negócios, resultados e lucros foram integralmente pagos quando devidos, exceto os tributos ou encargos que estão sendo contestados de boa fé e por meio de procedimentos apropriados, iniciados e conduzidos com diligência e em relação aos quais existem reservas ou outras provisões apropriadas e os tributos, encargos governamentais e outras contribuições cuja falta de pagamento não afetem adversamente a capacidade de cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações previstas neste Contrato;
- (r) a Emissora e suas controladas possuem justo título de todos os bens imóveis e demais direitos e ativos por elas detidos, exceto quando, individualmente ou em conjunto, não afetem adversamente a capacidade de cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações previstas no âmbito das Debêntures;
- (s) mantém os seus bens e os de suas controladas adequadamente segurados, conforme razoavelmente esperado e de acordo com as práticas correntes de mercado;
- (t) os documentos e informações fornecidos ao Coordenador Líder são corretos e estão atualizados até a data em que foram fornecidos e incluem os documentos e informações relevantes para a tomada de decisão de investimento sobre a Emissora;
- (u) está em dia com o pagamento de todos os tributos devidos às Fazendas Federal, Estadual ou Municipal e de todas as obrigações de natureza trabalhista e previdenciária, exceto por aquelas questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial ou cujo descumprimento não tenha impacto adverso relevante para sua capacidade em honrar tempestivamente as obrigações pecuniárias relativas às Debêntures; e



BTG Pactual  
Carla Junqueira

- (v) inexistência de descumprimento de qualquer disposição relevante contratual, legal ou de qualquer ordem judicial, administrativa ou arbitral, em qualquer dos casos, visando a anular, alterar, invalidar, questionar ou de qualquer forma afetar qualquer das obrigações decorrentes das Debêntures.

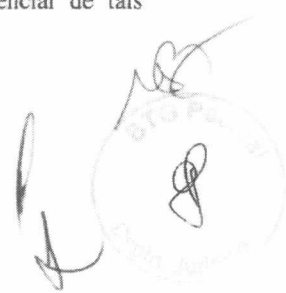
## CLÁUSULA XII

### CONFIDENCIALIDADE

12.1. Sem prejuízo das obrigações decorrentes da Instrução CVM 358, e demais disposições aplicáveis, os termos e as informações confidenciais que deste Contrato de Colocação resultarem são estritamente confidenciais até a sua regular publicação no âmbito da Oferta.

12.2. As Partes comprometem-se, a todo o tempo, a manter o mais completo e absoluto sigilo e confidencialidade sobre quaisquer dados, materiais, pormenores, informações, documentos, especificações técnicas ou comerciais, inovações e aperfeiçoamentos não públicos de que venham a ter conhecimento ou acesso, por escrito e de forma tangível, ou que venham a lhes ser confiados em razão do objeto do presente Contrato, sejam eles de interesse das Partes ou de terceiros, não podendo, sob qualquer pretexto, divulgar, usar para fins outros que não os do presente, revelar, reproduzir, utilizar ou deles dar conhecimento a terceiros estranhos a este Contrato, sob pena de caracterizar a transgressão e violação de segredo de fábrica ou negócio, salvo se expressamente autorizado pela outra Parte ou caso requerido por lei ou autoridade competente.

12.3. Não serão consideradas informações confidenciais as informações que: (i) estejam sob domínio público no momento da revelação ou após a revelação, exceto se isso ocorrer em decorrência de ato ou omissão do Coordenador Líder; (ii) já estejam em poder do Coordenador Líder (ou da Companhia, conforme o caso) como resultado de sua própria pesquisa; (iii) tenham sido legitimamente recebidas de terceiros (ou da Companhia, conforme o caso) que, até onde o Coordenador Líder tenha conhecimento, não estejam quebrando, em relação às informações fornecidas, qualquer obrigação de confidencialidade; (iv) sejam reveladas em razão de uma ordem válida, judicial ou não, ou de determinação de autoridade competente ou de normas vigentes, somente até a extensão de tais ordens ou normas; ou (v) sejam reveladas aos advogados, contadores, analistas ou outros indivíduos ou sociedades diretamente envolvidos na Oferta ("Representantes"), sempre considerando o curso normal dos negócios e dado que tais Representantes estejam cientes da natureza confidencial de tais informações e da obrigação de mantê-las em sigilo.

A handwritten signature in black ink is written over a circular stamp. The stamp contains the text "STOPA" at the top and "PROMISSÃO" at the bottom, with a stylized logo in the center.

12.4. A Companhia compromete-se a manter e assegurar que suas controladas, bem como seus administradores, empregados e consultores, mantenham o mais completo e absoluto sigilo e confidencialidade sobre quaisquer opiniões ou avaliações que sejam produzidas pelo Coordenador Líder. O uso de tais informações ou sua divulgação a quaisquer terceiros somente poderá ocorrer mediante o consentimento prévio e por escrito da Emissora e/ou do Coordenador Líder, conforme o caso.

12.6. Os compromissos assumidos pelas partes nesta Cláusula XII perdurarão pelo prazo de 12 (doze) meses contados da assinatura do presente Contrato.

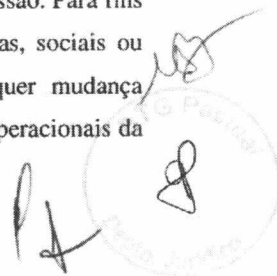
12.7. A Emissora e seus respectivos administradores terão a obrigação de não utilizar ou divulgar qualquer informação ou material publicitário, não autorizar qualquer de seus funcionários, acionistas, administradores ou Representantes a conceder entrevistas ou atender jornalistas sobre qualquer assunto relacionado à Emissão sem a prévia aprovação por escrito do Coordenador Líder e da CVM. O Coordenador Líder neste ato coloca-se a inteira disposição da Emissora para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao período de silêncio e solicita uma especial atenção da Emissora e de seus Representantes para as questões relativas ao período de silêncio.

### **CLÁUSULA XIII**

#### **RESILIÇÃO INVOLUNTÁRIA**

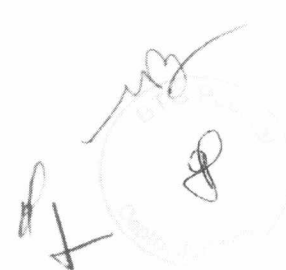
13.1 O presente Contrato poderá ser considerado resilido sem quaisquer ônus para quaisquer das Partes, nas hipóteses previstas abaixo, salvo o ressarcimento pela Companhia das despesas incorridas pelo Coordenador Líder:

- (a) imposições de exigências por parte da BM&FBOVESPA de tal ordem que dificultem ou tornem impossível o registro da Emissão;
- (b) ocorrência de eventos graves de natureza política, conjuntural econômica ou financeira (inclusive terrorismo e/ou guerra), no Brasil, ou em qualquer outro país que tenha influência adversa no mercado de capitais brasileiro, e que tornem, no entendimento do Coordenador Líder, razoavelmente inapropriada a qualquer das partes o cumprimento das obrigações aqui assumidas com relação à Emissão. Para fins do disposto neste subitem (b), essas categorias incluem crises políticas, sociais ou econômicas em mercados no geral, inclusive emergentes, ou qualquer mudança adversa substancial nas condições econômico-financeiras e resultados operacionais da

Handwritten signatures and a circular stamp. The stamp contains the text "Coordenador Líder" and "BM&FBOVESPA".

Emissora, alterações referentes às regras e condições para investimento de portfólio por parte dos Investidores Qualificados;

- (c) ocorrência de alterações nas normas legais ou regulatórias aplicáveis ao mercado financeiro ou de capitais nacional que, de qualquer forma, alterem substancialmente os procedimentos jurídicos ou operacionais relacionados, de qualquer forma a Emissão, que torne inviável ou razoavelmente inapropriada a sua realização a qualquer uma das Partes;
- (d) incidência de novos tributos de qualquer natureza sobre as operações da espécie tratada neste Contrato, e/ou aumento das alíquotas e/ou valores dos tributos já incidentes na data deste Contrato, ou regulamentação que venha a alterar a liquidez do Sistema Financeiro Nacional ou tornar mais onerosa a Emissão;
- (e) ocorrência de motivos de força maior ou casos fortuitos, independentemente da vontade das Partes, que tornem inviável ou razoavelmente inapropriada a realização da Emissão;
- (f) ocorrência de alteração material e adversa nas condições econômicas, financeiras, operacionais da Companhia ou do Grupo Econômico que, na opinião do Coordenador Líder, torne a Emissão inviável ou razoavelmente inapropriada;
- (g) caso, por qualquer motivo, as Debêntures Subordinadas não sejam emitidas e/ou caso estas não sejam integralizadas mediante a cessão dos Direitos de Crédito Autônomos;
- (h) ocorrência de alterações na política monetária do Governo Federal que impactem substancialmente direta ou indiretamente o setor de atuação da Companhia e que, de qualquer modo, possam alterar substancialmente as perspectivas futuras da Companhia ou de suas controladas e/ou afetar a distribuição das Debêntures, bem como a precificação da Emissão; e
- (i) não obtenção do registro da Emissão na BM&FBOVESPA por motivos alheios à vontade das Partes.

A handwritten signature in black ink is written over a circular stamp. The stamp contains the text "CITICORP" at the top and "30/01/2014" at the bottom, with a stylized logo in the center.

13.2. O reembolso das despesas incorridas pelo Coordenador Líder na estruturação da Emissão, nos termos da Cláusula 13.1 acima, deverá ser efetuado pela Companhia no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis a contar da data de formalização da rescisão.

13.3. O Coordenador Líder emitirá recibo para a Emissora, dando quitação das importâncias recebidas a título de reembolso das Despesas previstas na Cláusula 13.2 acima, na data do seu efetivo recebimento. Os recibos de que trata esta Cláusula serão emitidos pelo Coordenador Líder de acordo com a legislação em vigor, e serão acompanhados, quando for o caso, da documentação exigida em lei fiscal.

13.4. Para efeitos desta Cláusula XIII, considerar-se-á data da rescisão a data em que a Companhia ou o Coordenador Líder, conforme o caso, receber comunicação formalizando a rescisão deste Contrato, a qual deverá ser enviada com 1 (um) dia útil de antecedência, ressalvadas as disposições que expressamente subsistirem ao seu término.

#### **CLÁUSULA XIV RESILIÇÃO VOLUNTÁRIA**

14.1. O presente Contrato poderá ser resilido pelo Coordenador Líder caso não se verifique a satisfação de qualquer das Condições Precedentes referidas na Cláusula III acima. Caso o Coordenador Líder decida exercer a faculdade que aqui lhe é outorgada nos termos desta Cláusula XIV deverá fazê-lo mediante comunicação por escrito a ser enviada à Emissora, com 3 (três) dias úteis de antecedência.

14.2. Na hipótese de o Coordenador Líder resilir o presente Contrato por conta do não cumprimento de qualquer das Condições Precedentes referidas na Cláusula III acima, a Companhia pagará ao Coordenador Líder o valor correspondente ao Comissionamento previsto na Cláusula 7.1 acima e reembolsará o Coordenador Líder de todas as Despesas incorridas por este até o momento da rescisão, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis a contar recebimento pela Emissora da devida notificação do Coordenador Líder nesse sentido.

14.3. Adicionalmente, o presente Contrato poderá ser resilido de forma justificada pela Companhia mediante notificação escrita com 3 (três) dias úteis de antecedência: (i) na hipótese de violação pelo Coordenador Líder, por seus diretores, empregados e/ou representantes, de qualquer disposição contida neste Contrato; (ii) na hipótese de recuperação judicial, intervenção, falência ou liquidação do Coordenador Líder ou de seus controladores, sobrevindo a rescisão, nestas hipóteses, desde a data de

Handwritten signatures and a circular stamp. The stamp is partially visible and appears to contain the text "CNPJ" and "Emissora".

decretação da intervenção, falência ou liquidação, conforme o caso; (iii) quando o interesse público assim o exigir, sem indenização ao Coordenador Líder, a não ser em caso de dano efetivo disso resultante; (iv) por fatos alheios à sua vontade e para os quais não tenha concorrido; ou (v) por qualquer motivo ou razão, que não os previstos nos itens (i) a (iv) acima.

14.4. Em ocorrendo qualquer das hipóteses descritas nas Cláusulas 14.3.(i) a (iii) acima, a única responsabilidade da Emissora perante o Coordenador Líder será o reembolso das despesas por ele efetivamente incorridas com relação à Oferta, até a data da rescisão, desde que tais despesas tenham sido comprovadas e incorridas pelo Coordenador Líder no cumprimento das disposições do presente Contrato.

14.5. Caso o Contrato de Colocação seja resiliado por vontade única e exclusiva da Emissora ou qualquer outra razão que não pelos motivos previstos nas Cláusulas 14.3.(i) a (iii) acima, a Companhia pagará ao Coordenador Líder o valor correspondente ao Comissionamento previsto na Cláusula 7.1 acima, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis a contar da data do envio, ao Coordenador Líder, de correspondência comunicando a rescisão, bem como reembolsará o Coordenador Líder de todas as despesas incorridas até o momento da rescisão, desde que comprovadas.

#### **CLÁUSULA XV** **VIGÊNCIA**

15.1. Sujeito ao disposto nas Cláusulas XIII e XIV deste Contrato e sem prejuízo do disposto nas Cláusulas X e XII deste Contrato, o prazo de duração deste Contrato de Colocação inicia-se a partir da data de sua assinatura e, desde que cumpridas pelas Partes todas as obrigações previstas neste Contrato, termina na data de realização da Comunicação de Encerramento à CVM ou na data de rescisão deste Contrato, o que ocorrer primeiro.

15.2. Independentemente do disposto na Cláusula 15.1 acima, as disposições das Cláusulas X, XII e XIX deste Contrato permanecerão em vigor enquanto legalmente exigíveis, sendo existentes, válidas e eficazes, mesmo após o decurso do prazo deste Contrato.

#### **CLÁUSULA XVI** **MARKET FLEX**

16.1. Na eventualidade de ocorrerem mudanças nas condições de mercado que afetem a colocação das Debêntures, o Coordenador Líder poderá, a seu exclusivo critério e até a Data de Liquidação da

Handwritten signatures and a circular stamp. The stamp contains the text "CVM" and "RECEBUE" and is partially obscured by the signatures.

Emissão, propor à Companhia modificações de quaisquer termos, condições, estrutura, prazos, taxas de juros, remuneração ou demais características da Emissão ("*Market Flex*"), caso entenda que tais modificações sejam necessárias para refletir as condições de mercado daquele momento, visando ao sucesso da Emissão.

16.2. Caso a Emissora não aceite as alterações propostas pelo Coordenador Líder no exercício do direito do *Market Flex*, as Partes poderão resilir o presente Contrato, sem qualquer ônus às Partes, com exceção da obrigação de reembolso, pela Emissora, das despesas e custos incorridos pelo Coordenador Líder em relação aos trabalhos decorrentes deste Contrato até a data da rescisão.

## CLÁUSULA XVII

### MULTA

17.1. Caso a Emissora deixe de efetuar o pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista neste Contrato, deverá pagar, em relação ao valor devido e não pago, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, multa moratória de 2% (dois por cento) e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, ambos calculados sobre os valores em atraso, desde a data do inadimplemento até a data do efetivo pagamento.

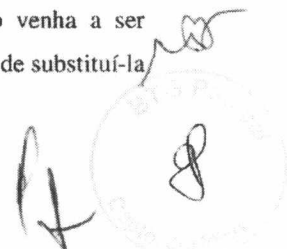
## CLÁUSULA XVIII

### DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1. Qualquer alteração, aditamento ou modificação deste Contrato deverá ser feito por escrito e assinado por todas as Partes.

18.2. O fato de quaisquer das Partes não exigir, a qualquer tempo, o cumprimento de qualquer dever ou obrigação ou deixar de exercer qualquer direito não significará renúncia de nenhum direito ou novação de nenhuma obrigação, tampouco deverá afetar o direito de exigir o cumprimento de toda e qualquer obrigação prevista neste Contrato. Nenhuma renúncia será eficaz perante as Partes ou terceiros, a menos que feita por escrito e efetuada por representante legal da parte renunciante, devidamente autorizado.

18.3. A nulidade ou ineficácia de qualquer das Cláusulas deste Contrato não prejudicará a validade e a eficácia das suas demais Cláusulas. Caso qualquer das Cláusulas deste Contrato venha a ser declarada nula, no todo ou em parte, as Partes, de boa-fé, enviarão esforços no sentido de substituí-la por outra de teor e objetivo equivalentes.

A handwritten signature is written over a circular stamp. The stamp contains the text "BANCA DE REGULAÇÃO" and "COMISSÃO DE REGULAÇÃO" around a central emblem.



18.4. As Partes declaram, mútua e expressamente, que este Contrato foi celebrado respeitando-se os princípios de probidade e de boa-fé, por livre, consciente e firme manifestação de vontade das Partes e em perfeita relação de equidade.

18.5. As Partes obrigam-se a não ceder ou transferir os direitos e obrigações decorrentes deste Contrato, sem a prévia e expressa anuência da outra Parte, sob pena de rescisão de pleno direito deste Contrato. As Partes concordam que qualquer cessão dos direitos e obrigações decorrentes deste Contrato efetuada em desacordo com a presente Cláusula será nula de pleno direito.

18.6. Para os efeitos do disposto neste Contrato, entende-se por "dia útil" qualquer dia, exceção feita aos sábados, domingos e feriados nacionais.

18.7. Toda e qualquer quantia devida a quaisquer das partes por força deste Contrato poderá ser cobrada via processo de execução visto que as Partes desde já reconhecem tratar-se de dívida líquida e certa, atribuindo ao presente a qualidade de título executivo extrajudicial nos termos do inciso II do artigo 585 do Código de Processo Civil.

18.8. A Emissora concede ao Coordenador Líder total liberdade para divulgar a Emissão, os quais estão desde já autorizados a fazê-lo utilizando-se de qualquer meio, observados os termos da Instrução CVM 476.

18.9. Os termos e disposições deste Contrato prevalecerão sobre quaisquer outros entendimentos ou acordos anteriores entre as Partes, expressos ou implícitos, referentes às condições aqui estabelecidas, ficando expressamente revogados todos os instrumentos anteriormente firmados pelas Partes tendo como objeto a Oferta.

18.10. Para o desenvolvimento dos trabalhos nos termos deste Contrato, o Coordenador Líder poderá basear-se em informações prestadas pela Companhia e seus assessores, ou por outros consultores contratados, adicionalmente às fontes públicas. O Coordenador Líder não fará nenhuma verificação independente quanto à veracidade e precisão destas informações, não podendo ser invocada contra o Coordenador Líder nenhuma responsabilidade caso tal informação seja incorreta, incompleta ou indevida.

18.10.1. Toda e qualquer informação, sugestão ou recomendação comprovadamente feita ou prestada pelo Coordenador Líder à Companhia por escrito ou de forma verbal, é direcionada para o

Handwritten signatures and a circular stamp. The stamp contains the text "COMISSÃO DE SELEÇÃO" and "PROCESSO SELETIVO Nº 001/2014".

seu uso e benefício na Emissão especificada, não será usada para outro propósito, e nem será reproduzida, divulgada, citada ou reportada, sem a prévia autorização do Coordenador Líder, por escrito.

18.11. A decisão que for tomada pela Companhia é de sua única e exclusiva responsabilidade, em função da própria análise dos riscos e benefícios envolvidos na Emissão. Assim, a Companhia manterá o Coordenador Líder, seus administradores, diretores, empregados e/ou prepostos indenizados com relação a toda e qualquer responsabilidade por perdas, danos, despesas e demandas judiciais de terceiros, surgidas a partir da data de assinatura deste Contrato, observado o disposto na Cláusula X acima.

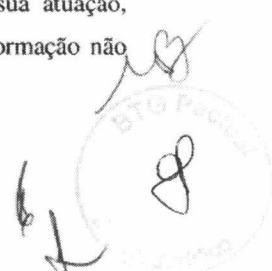
#### **CLÁUSULA XIX**

##### **EXCLUSIVIDADE E NÃO EXCLUSIVIDADE**

19.1. Com a finalidade de possibilitar a implementação dos esforços do Coordenador Líder, a Companhia compromete-se a não realizar, diretamente ou por meio de sociedades do Grupo Econômico, operações de captação no mercado de valores mobiliários, nacional ou internacional, por meio de instrumento de dívida ou de ações, ou qualquer outra operação estruturada de dívida ou renda variável, sem prévia anuência do Coordenador Líder, sob pena de reembolsá-lo por todos os prejuízos diretos que tiver dado causa, inclusive lucros cessantes. Nesse sentido, a Emissora, por si e por sociedades de seu Grupo Econômico, se obriga, ainda, a não se envolver em qualquer transação que possa, de alguma forma, competir ou concorrer com a presente Emissão.

19.2. A presente Cláusula XIX continuará em pleno vigor até 180 (cento e oitenta) dias após (i) o término da Oferta, formalizada por meio da apresentação da Comunicação de Encerramento da Oferta à CVM; ou (ii) a rescisão desse Contrato, o que ocorrer primeiro, sendo existente, válida e eficaz durante o referido período.

19.3. A Emissora concorda que outras pessoas, físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, que estejam em uma posição de conflito de interesses com a Emissora, poderão, igualmente, na qualidade de clientes do Coordenador Líder, dispor de trabalhos financeiros ou de outra natureza oferecidos pelo Coordenador Líder. O Coordenador Líder salienta a Companhia que, de acordo com suas políticas institucionais de manter em estrita confidencialidade os negócios de seus clientes, não usará qualquer informação não pública fornecida pela Emissora fora do escopo de sua atuação, conforme descrito neste Contrato, e que, da mesma forma, não fornecerá qualquer informação não pública relativa a quaisquer de seus clientes à Companhia.

A handwritten signature is written over a circular stamp. The stamp contains the text "BTG Pactual" and a date "12/08/2014".

19.4. Caso este Contrato venha a ser resilido, por qualquer forma, a Companhia reconhece que o Coordenador Líder terá o direito de preferência para realizar qualquer operação de *take out* das Debêntures.

19.5. Sem prejuízo das demais disposições de indenização previstas neste Contrato, a Emissora neste ato reconhece que o descumprimento de qualquer de suas obrigações descritas nesta Cláusula XIX criará a obrigação de pagamento imediato de multa compensatória ao Coordenador Líder equivalente ao montante que deveria ter sido recebido pelo Coordenador Líder caso tivesse sido contratado nos termos da presente Cláusula XIX. A Emissora obriga-se a fornecer todas as informações solicitadas pelo Coordenador Líder para a determinação dos valores eventualmente devidos nos termos desta Cláusula XIX.

## **CLÁUSULA XX COMUNICAÇÕES**

20.1. Quaisquer notificações, cartas e informações entre as Partes deste Contrato de Colocação deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

Para a Emissora:

**PBH ATIVOS S.A.**

Endereço: Avenida Afonso Pena, nº 774, Bairro Centro,

CEP: 30.130-003 - Belo Horizonte, MG

Tel: (31) 3277-9561

At.: Sr. Edson Ronaldo Nascimento

e-mail: [edson.ronaldo@pbh.gov.br](mailto:edson.ronaldo@pbh.gov.br)

Para o Coordenador Líder:

**BANCO BTG PACTUAL S.A.**

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.477, 12º andar

CEP: 04538-133 - São Paulo, SP

At.: Departamento Jurídico – FICC

Tel.: (11) 3383-2000

Fax: (11) 3383-2566

Correio Eletrônico: [ol-juridico-renda-fixa@btgpactual.com](mailto:ol-juridico-renda-fixa@btgpactual.com)

Para a SMF:

**SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS DE BELO HORIZONTE**

Endereço: Rua Espírito Santo, nº. 605, 5º. Andar, Centro

CEP: 30.160-030 - Belo Horizonte, Minas Gerais

Tel: (31) 3277-4008

At.: Secretário Municipal de Finanças Sr. Marcelo Piancastelli de Siqueira

e-mail: [marcelo.piancastelli@pbh.gov.br](mailto:marcelo.piancastelli@pbh.gov.br)

Para a PGM:

**PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE**

Endereço: Rua dos Timbiras, nº. 625, Funcionários

CEP: 30.140-060 - Belo Horizonte, Minas Gerais

Tel: (31) 3277-4075

At.: Procurador Geral do Município Sr. Rúsvel Beltrame Rocha

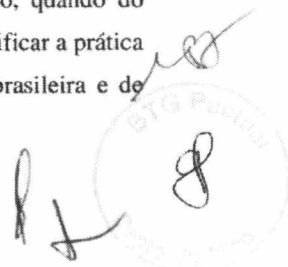
e-mail: [rusvelb@pbh.gov.br](mailto:rusvelb@pbh.gov.br)

20.2. As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pelo correio ou por telegrama nos endereços acima. As comunicações feitas por correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de indicativo (comprovante de entrega).

20.3. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada às demais Partes pela Parte que tiver seu endereço alterado.

**CLÁUSULA XXI**  
**INTERPRETAÇÃO DE TERMOS**

21.1. As palavras e os termos constantes deste Contrato, aqui não expressamente definidos, grafados em português ou em qualquer língua estrangeira, bem como quaisquer outros de linguagem técnica e/ou financeira ou não, que, eventualmente, durante a vigência do presente Contrato, quando do cumprimento de direitos e obrigações assumidos pelas Partes sejam utilizados para identificar a prática de quaisquer atos, deverão ser compreendidos e interpretados segundo a legislação brasileira e de acordo com os usos e costumes do mercado de capitais local.



**CLÁUSULA XXII**  
**LEI APLICÁVEL E FORO**

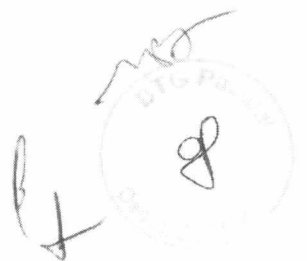
22.1. O presente Contrato será regido pelas leis da República Federativa do Brasil.

22.2. Fica eleito o Foro Central da Comarca de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura e para execução das obrigações de pagamento previstas nessa Escritura, com renúncia a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justas e contratadas, as Partes assinam este Contrato de Colocação em 4 (quatro) vias de igual teor e forma e para o mesmo fim, juntamente com as 02 (duas) testemunhas abaixo.

Belo Horizonte, 27 de fevereiro de 2014.

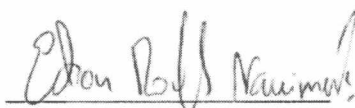
*[restante da página intencionalmente deixado em branco]*



*(Página de assinaturas 1/5 do Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública, com Esforços Restritos, sob o Regime de Garantia Firme de Colocação, de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real, da 2ª (segunda) Emissão, Sendo a 1ª (primeira) Pública, da PBH ATIVOS S.A., celebrado em 27 de fevereiro de 2014)*


Emissora:

**PBH ATIVOS S.A.**



Nome: Edson Ronaldo Nascimento

Cargo: Diretor Presidente



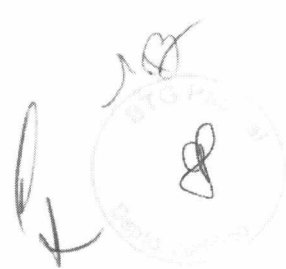
(Página de assinaturas 2/5 do Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública, com Esforços Restritos, sob o Regime de Garantia Firme de Colocação, de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real, da 2ª (segunda) Emissão, Sendo a 1ª (primeira) Pública, da PBH ATIVOS S.A., celebrado em 27 de fevereiro de 2014)

Coordenador Líder:

**BANCO BTG PACTUAL S.A.**

Guilherme K. B. B. B.  
Nome:  
Cargo:


Marysuelly F. S.  
Nome:  
Cargo:



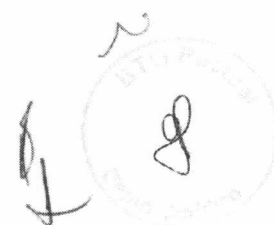
*(Página de assinaturas 3/5 do Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública, com Esforços Restritos, sob o Regime de Garantia Firme de Colocação, de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real, da 2ª (segunda) Emissão, Sendo a 1ª (primeira) Pública, da PBH ATIVOS S.A., celebrado em 27 de fevereiro de 2014)*

Interveniente Anuente:

**SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS DE BELO HORIZONTE**



Por: Marcelo Piancastelli de Siqueira  
Cargo: Secretário Municipal de Finanças





*(Página de assinaturas 4/5 do Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública, com Esforços Restritos, sob o Regime de Garantia Firme de Colocação, de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real, da 2ª (segunda) Emissão, Sendo a 1ª (primeira) Pública, da PBH ATIVOS S.A., celebrado em 27 de fevereiro de 2014)*

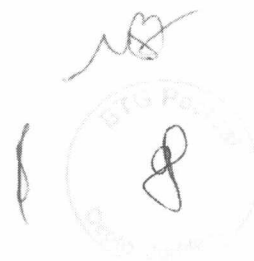
Interveniente Anuente:

**PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE**



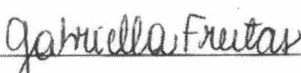
Por: Rúsvel Beltrame Rocha


Cargo: Procurador Geral do Município



(Página de assinaturas 5/5 do Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública, com Esforços Restritos, sob o Regime de Garantia Firme de Colocação, de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real, da 2ª (segunda) Emissão, Sendo a 1ª (primeira) Pública, da PBH ATIVOS S.A., celebrado em 27 de fevereiro de 2014)

Testemunhas:

  
Nome: **Gabriella R. Menezes de Freitas**  
RG: **RG: 35.782.308-4**  
CPF/MF: **CPF: 367.545.698-67**

  
Nome: **Camilla Dytz da Cunha**  
RG: **RG: 3.450.724**  
CPF/MF: **CPF: 054.691.757-74**





# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

OF. DIRGER Nº 46/2017

Belo Horizonte, 04 de julho de 2017.

Senhor Vereador,

Com a anuência do Senhor Presidente Henrique Braga, em resposta ao ofício DIRLEG Nº 2.807/17, está autorizada a disponibilização, por meio da Coordenadoria de Informática, de um computador para uso exclusivo da Comissão Parlamentar de Inquérito, com e-mail e senha próprios. Está autorizado, também, o empréstimo de um cofre para uso da já mencionada Comissão.

Informo a Vossa Excelência que hoje inexistente espaço físico disponível nesta Casa Legislativa para quaisquer fins, inclusive, para a CPI em referência. Esclareço que a Câmara Municipal possui um sistema de segurança eficiente 24 horas. Portanto, cada gabinete parlamentar possui a segurança necessária ao desenvolvimento dos trabalhos.

Ante ao exposto, sugere-se, respeitosamente, que a sala do Senhor Presidente da CPI seja utilizada para receber a estrutura de trabalho demandada no Requerimento de Comissão nº 741/2017.

Aproveito esta oportunidade para manifestar o meu apreço e consideração e coloco, mais uma vez, esta Diretoria Geral à disposição para o bom andamento de todos os trabalhos que se fizerem necessários.

Atenciosamente,



Saulo Carvalho  
Diretor-Geral

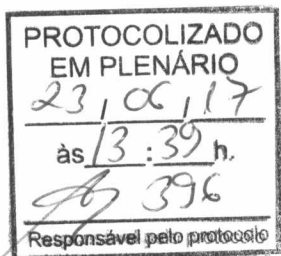
Excelentíssimo Senhor Vereador  
Gilson Reis  
Câmara Municipal de Belo Horizonte



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

## Requerimento de Comissão

### 741/2017



À Comissão Parlamentar de Inquérito,

Requeiro, nos termos dos arts. 48 c/c 58, do Regimento Interno, seja encaminhado ofício ao Presidente da Câmara solicitando a concessão de uma sala com estrutura mínima de trabalho (mesa, computador, telefone, arquivo ou armário), para guarda dos documentos que chegarão, bem como um computador exclusivo de trabalho da CPI com e-mail e senha próprios e um cofre.

Belo Horizonte, 22 de junho de 2017.

  
Vereador Gilson Reis – Presidente da Comissão

À Comissão Parlamentar de Inquérito.



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

## DESPACHO DE DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO

**REQUERIMENTO DE COMISSÃO nº** 744 / 2017


**Solicitação relativa a:**

- ( ) Pedido de Informação a autoridade municipal
- ( ) Solicitação de Estudo Técnico à Consultoria Legislativa
- (X) Envio de Ofício
- ( ) Apresentação de Indicação de autoria da Comissão
- ( ) Apresentação de Moção de autoria da Comissão
- ( ) Outros tipos: \_\_\_\_\_

A Comissão Parlamentar de Inquérito deliberou por:

- ( ) **adiar** a apreciação do requerimento.
- ( ) **rejeitar** o requerimento.
- (X) **aprovar** o requerimento.
- ( ) **outros:** \_\_\_\_\_

2ª Reunião ad referendum  
Em 23 / 06 / 17

  
Presidente da Reunião  
Vereador Gilson Reis

Avulsos distribuídos em:

23, 06, 17  
396  
SECAPC

Coordenador responsável:

Fernanda

Consultor responsável:

\_\_\_\_\_

( ) Arquivado

( ) Ciência à Comissão sobre a resposta

Em \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

DIRLEG



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

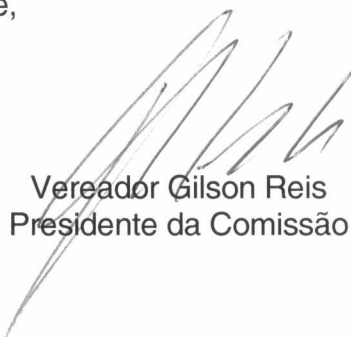
Of. Dirleg nº 2.807/17

Belo Horizonte, 26 de junho de 2017

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência o Requerimento de Comissão nº 741/17, de autoria do Vereador Gilson Reis, aprovado na 2ª Reunião Extraordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito: PBH Ativos desta Câmara, em 23/6/17, que solicita uma sala com estrutura para os trabalhos desta CPI, bem como um computador de uso exclusivo da Comissão com e-mail e senha próprios e um cofre.

Atenciosamente,

  
Vereador Gilson Reis  
Presidente da Comissão

Recebido por: <u>Italina 1726</u>	NOME LEGÍVEL
MATRÍCULA OU IDENTIDADE: _____	
Órgão: _____	
Em <u>30/06/17</u>	Hora: <u>17:28</u>

Excelentíssimo Senhor  
Henrique Braga  
Presidente da Câmara Municipal de Belo Horizonte  
/hqc



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

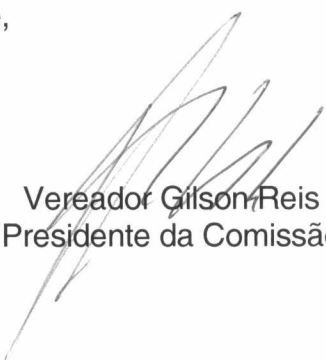
Of. Dirleg nº 2.807/17

Belo Horizonte, 26 de junho de 2017

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência o Requerimento de Comissão nº 741/17, de autoria do Vereador Gilson Reis, aprovado na 2ª Reunião Extraordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito: PBH Ativos desta Câmara, em 23/6/17, que solicita uma sala com estrutura para os trabalhos desta CPI, bem como um computador de uso exclusivo da Comissão com e-mail e senha próprios e um cofre.

Atenciosamente,

  
Vereador Gilson Reis  
Presidente da Comissão

Recebido por: _____ NOME LEGÍVEL
MATRÍCULA OU IDENTIDADE: _____
Órgão: _____
Em ____/____/____ Hora: _____

Excelentíssimo Senhor  
Henrique Braga  
Presidente da Câmara Municipal de Belo Horizonte  
/hqc



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Of. Dirleg nº 2.812/17


Belo Horizonte, 27 de junho de 2017

Senhor Procurador-Geral,

Considerando o Requerimento de Comissão nº 742/17, de autoria do Vereador Gilson Reis, aprovado na 8ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito: PBH Ativos desta Câmara, em 26/6/17, encaminho a Vossa Senhoria pedido de orientações sobre a possibilidade de requisição de servidores para formação de equipe técnica e o procedimento de licitação previsto na Lei nº 8.666/1993.

Segue, anexa, cópia do Requerimento de Comissão nº 742/17.

Atenciosamente,

  
Frederico Stéfano de Oliveira Arrieiro  
Diretor do Processo Legislativo

Recebido por: _____	NOME LEGÍVEL
MATRÍCULA OU IDENTIDADE: _____	
Órgão: _____	
Em ____/____/____	Hora: _____

Ao Senhor  
Marcos Amaral Castro  
Procurador-Geral da Câmara Municipal de Belo Horizonte  
/alm



Senhor Diretor,

Como cediço, as comissões parlamentares de inquérito têm poderes de investigação próprias das autoridades judiciais, para apuração de fato certo ou determinado, devendo contar com amplo apoio institucional para realização das suas atribuições legais.

Ocorre, porém, que em respeito a autonomia dos poderes, sem prejuízo de se assegurar a normalidade dos serviços públicos e na falta de amparo legal, não se revela possível a requisição de servidores para formação de equipe técnica, a menos que haja consenso entre os órgãos envolvidos e desde que não haja embaraço dos serviços prestados à Administração Pública.



Marcos Amaral Castro

Procurador Geral

OAB/MG 103.211

*J. Cpl. Incluir na pauta.*

*Arquivo*  
6.7.17

Frederico Stéfano de Oliveira Arriero  
Diretor do Processo Legislativo

AVULSOS DISTRIBUÍDOS
Em 06/07/17
<i>386</i>
Responsável pela distribuição



## Requerimento de Comissão

742/2017

À Comissão Parlamentar de Inquérito,

Requeiro, nos termos dos arts. 48 c/c 58, do Regimento Interno, seja emitido parecer da Procuradoria desta Câmara que contenha orientações sobre:

- a possibilidade de requisição de servidores de órgãos da Administração Direta, Administração Indireta e Fundação Pública, bem como de especialistas externos, na forma de colaboradores, para formação de equipe técnica para análise dos documentos da CPI.
- o procedimento de licitação previsto no art. 25 c/c art. 13 da Lei n. 8.666/1993.

Belo Horizonte, 23 de junho de 2017.

Vereador Gilson Reis – Presidente da Comissão

PROPOSIÇÃO INICIAL

Avulsos distribuidos

Em 23/06/2017

Responsável pela distribuição

À Comissão Parlamentar de Inquérito.



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

## DESPACHO DE DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO

REQUERIMENTO DE COMISSÃO nº 742 / 2017

Solicitação relativa a:

( ) Pedido de Informação a autoridade, encaminhado por meio da Mesa

( ) Solicitação de Estudo Técnico à Consultoria Legislativa

(X) Envio de Ofício

( ) Apresentação de Indicação de autoria da Comissão

( ) Apresentação de Moção de autoria da Comissão

( ) Outros tipos: \_\_\_\_\_

A Comissão de Parlamentar de Inquérito deliberou por:

( ) **adiar** a apreciação do requerimento.


( ) **rejeitar** o requerimento.

(X) **aprovar** o requerimento.

( ) **outros:** \_\_\_\_\_

8ª Reunião \_\_\_\_\_

Em 26 / 06 / 17

  
Presidente da Reunião  
Vereador Gilson Reis

Avulsos distribuídos em:

26 / 06 / 17

396  
SECAPC

Coordenador responsável:

Fernanda

Consultor responsável:

( ) Arquivado

( ) Ciência à Comissão sobre a resposta

Em \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

DIRLEG



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Of. Dirleg nº 2.812/17


Belo Horizonte, 27 de junho de 2017

Senhor Procurador-Geral,

Considerando o Requerimento de Comissão nº 742/17, de autoria do Vereador Gilson Reis, aprovado na 8ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito: PBH Ativos desta Câmara, em 26/6/17, encaminho a Vossa Senhoria pedido de orientações sobre a possibilidade de requisição de servidores para formação de equipe técnica e o procedimento de licitação previsto na Lei nº 8.666/1993.

Segue, anexa, cópia do Requerimento de Comissão nº 742/17.

Atenciosamente,

  
Frederico Stéfano de Oliveira Arrieiro  
Diretor do Processo Legislativo

Recebido por:	<u>Sirleneide</u>
	NOME LEGÍVEL
MATRÍCULA OU IDENTIDADE:	<u>381</u>
Órgão:	<u>PROLEG</u>
Em	<u>27/06/17</u>
	Hora: <u>16:27</u>

Ao Senhor  
Marcos Amaral Castro  
Procurador-Geral da Câmara Municipal de Belo Horizonte  
/alm



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

OF. DIRGER Nº 47/2017

Belo Horizonte, 04 de julho de 2017.

Senhor Vereador,

Em resposta ao Requerimento de Comissão nº 743/2017, considerado no Ofício Dirleg nº 2.813/2017, com a anuência do Senhor Presidente Henrique Braga, informo a Vossa Excelência que os recursos administrativos, as condições organizacionais, assessoramento e a provisão de meios para o bom andamento da Comissão Parlamentar de Inquérito são os mesmos disponíveis às demais Comissões desta Casa Legislativa.

Conforme determina o artigo 87 do Regimento Interno, *“as comissões contarão com assessoramento específico e consultoria técnico-legislativa em suas respectivas áreas de competência”*. A Diretoria do Processo Legislativo possui a estrutura necessária e está à disposição para assessorar os trabalhos da respectiva CPI. Ressalto que não há disponibilidade orçamentária que viabilize a contratação de assessoria externa.

Respeitosamente,



Saulo Carvalho  
Diretor-Geral

Excelentíssimo Senhor Vereador  
Gilson Reis  
Câmara Municipal de Belo Horizonte